



(Assessoria de Comunicação Social/MEC)

INSTRUMENTO DIAGNÓSTICO PAR MUNICIPAL 2011 - 2014

(6ª versão – maio 2011)



Ministério da Educação

A gestão que prioriza a qualidade da educação pública ofertada deve ter sua prática assentada no planejamento, na mobilização social, na participação democrática, na cidadania, no orçamento público, no financiamento e na absorção de programas indutores da qualidade da educação.

Assim, com o objetivo de fortalecer políticas dirigidas para a melhoria da qualidade da educação básica pública, de acordo com princípios constitucionais (art. 206) e conforme o estabelecido no Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, foi instituído o **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A adesão voluntária ao **Plano de Metas** do PDE gerou o comprometimento do ente federado com vinte e oito diretrizes e com as metas bianuais estabelecidas a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Assim, para a implementação programas e ações pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados – e com a participação das famílias e da comunidade –, os entes federados realizaram um diagnóstico da realidade educacional local, elaboraram um planejamento para o período de 2007 a 2011, o Plano de Ações Articuladas (PAR), e o apresentaram ao Ministério da Educação.

Com o novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federados com as ações do MEC/ FNDE/ CAPES, programas e serviços tiveram sua capacidade de atendimento ampliada, possibilitando um aporte mais efetivo de recursos técnicos e financeiros, em busca da melhoria dos indicadores educacionais.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação se constitui em uma política pública de curto, médio e longo prazos, e a complexidade da tarefa na sua execução requer um processo de aprimoramento contínuo. Por isso o Ministério da Educação busca aperfeiçoar o diálogo com os estados, o Distrito Federal e os municípios, aumentando a transparência no atendimento por parte dos diversos programas, e consolidando a construção dessa ampla parceria.

Para a elaboração do Plano de Ações Articuladas com vigência para o período 2011 / 2014, um novo instrumento diagnóstico está disponível para os entes federados. No caso dos municípios, o novo documento possui quinze questões pontuais e oitenta e dois indicadores.

Todas as orientações necessárias à aplicação do instrumento diagnóstico estão contidas nas “Orientações Gerais para Elaboração do Plano de Ações Articuladas dos Municípios – PAR 2011-2014”, documento encaminhado aos entes federados com cadastro ativo no Módulo PAR 2010 do Simec e disponibilizado no portal do Ministério da Educação (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=157&Itemid=365). No entanto, é interessante reforçar alguns aspectos:

1. O diagnóstico proposto é de caráter participativo e tem por objetivo promover uma análise compartilhada da situação educacional da rede municipal.

2. O instrumento para o diagnóstico da situação educacional local está estruturado em quatro grandes dimensões: dimensão 1 - Gestão Educacional; dimensão 2 - Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; dimensão 3 - Práticas Pedagógicas e Avaliação; e dimensão 4 - Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

3. No total são 82 indicadores, que deverão ser pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis de pontuação. Após avaliação da equipe, a escolha de um desses quatro níveis deve corresponder à situação que melhor reflete a realidade local com relação àquele indicador.

Nesse sentido, é importante a leitura atenta dos critérios de pontuação. Como os descritores dificilmente apresentarão uma situação idêntica a do município, a equipe deve discutir e avaliar cada um, com o objetivo de chegar a um consenso sobre qual é a pontuação mais adequada de acordo com a situação do município, utilizando como base para a discussão, quando possível, dados disponíveis nos portais do MEC e na SME (levantamento de evidências concretas como, por exemplo, os Indicadores Demográficos e Educacionais – IDE –, legislação municipal, informações sobre as escolas, sobre os professores e outros profissionais da Educação)

•**Critério de Pontuação 4:** a descrição aponta para uma situação positiva. O que a SME faz cotidianamente é suficiente para manter uma situação favorável.

•**Critério de Pontuação 3:** a descrição aponta para uma situação que apresenta mais aspectos positivos do que negativos, significando que o município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o bom desempenho no indicador em questão. A SME pode ajustar algum procedimento interno ou implementar alguma ação para melhorar a situação do indicador.

•**Critério de Pontuação 2:** a descrição aponta para uma situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos. Em geral o município precisará implementar um conjunto de ações (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador. Essas subações poderão ser de execução pelo próprio município, ou contar com o apoio técnico e/ou financeiro do Ministério da Educação.

•**Critério de Pontuação 1:** a descrição aponta para uma situação crítica. O município precisará implementar um conjunto de ações imediatas (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador. Essas subações poderão ser de execução pelo próprio município, ou contar com o apoio técnico e/ou financeiro do Ministério da Educação.

OBS.: a opção “Não se aplica” deve ser selecionada somente quando não há possibilidade de registro, uma vez que o município não tem ações no âmbito daquele indicador. Por exemplo, se o indicador se refere à formação de professores dos anos finais do ensino fundamental e o município atende apenas aos anos iniciais do ensino fundamental, então, para todos os indicadores direcionados aos anos finais do ensino fundamental o município deverá assinalar a opção “Não se aplica”.

Nas páginas seguintes são apresentadas as questões pontuais e os indicadores do novo instrumento diagnóstico.

Como parte integrante do diagnóstico da situação educacional local, o município informa sobre itens que são de grande relevância na construção da qualidade do ensino. Esses itens aparecem no sistema, atualmente, como “Questões Pontuais”, em um total de 15 (quinze) questões. Todas as questões devem ser respondidas.

1. Sistema Estadual/ Municipal de Ensino

Há duas alternativas: existe ato legal ou não existe. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

(...) Ato legal de criação do Sistema Estadual/ Municipal de Ensino

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

Lei *(anexar arquivo)*

Decreto *(anexar arquivo)*

Outro *(anexar arquivo)*

(...) Não há ato de criação do Sistema Estadual/ Municipal de Ensino

2. Plano Estadual/ Municipal de Educação (PEE/PME)

Há duas alternativas: existe ato legal ou não existe. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

(...) Ato legal de criação do PEE/PME

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

Lei *(anexar arquivo)*

Decreto *(anexar arquivo)*

Outro *(anexar arquivo)*

(...) Não há ato de criação do PEE/PME

3. Conselho Estadual/ Municipal de Educação (CEE/CME)

(...) Há ato de criação do CEE/CME

Há duas alternativas: existe ato legal ou não existe. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

Qual? *O município pode ter apenas o ato de criação ou já ter, também, o regimento interno.*

(...) Ato legal de criação do CEE/CME

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

Lei *(anexar arquivo)*

Decreto *(anexar arquivo)*

Outro *(anexar arquivo)*

(...) Norma de funcionamento (regimento interno)

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

Lei *(anexar arquivo)*

Decreto *(anexar arquivo)*

Outro *(anexar arquivo)*

(...) Não há ato de criação do CEE/CME

“O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes.”

(Peter Drucker)

4. Comitê Local do Compromisso (XXVIII Diretriz do Plano de Metas do PDE)

Há duas alternativas: existe ato legal ou não existe. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

(...) Ato de criação do Comitê Local do Compromisso ou de atribuição de suas funções ao Conselho Estadual/ Municipal de Educação

Atos legais:

Há duas alternativas: existe ato legal de criação do Comitê ou ato legal de atribuição de suas funções ao CME. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

(...) Ato legal de criação do Comitê Local do Compromisso

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

(...) Lei *(anexar arquivo)*

(...) Decreto *(anexar arquivo)*

(...) Outro *(anexar arquivo)*

() Ato legal de atribuição das funções do Comitê Local do Compromisso ao Conselho Estadual/ Municipal de Educação

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

(...) Lei *(anexar arquivo)*

(...) Decreto *(anexar arquivo)*

(...) Outro *(anexar arquivo)*

(...) Não há ato de criação do Comitê Local do Compromisso ou de atribuição de suas funções ao Conselho Estadual/ Municipal de Educação

Obs.: A instituição do Comitê Local está descrita na XXVIII diretriz do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação: “XXVIII - Organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do Ideb)”, **mas o papel desse Comitê pode também ser atribuído ao Conselho Municipal de Educação, caso ele exista no município.**

5. Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Há duas alternativas: existe ato legal ou não existe. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

() Ato de criação do Conselho do Fundeb ou de atribuição das funções do Conselho do Fundeb à Câmara de Financiamento do Conselho Estadual/ Municipal de Educação

Atos legais:

Há duas alternativas: existe ato legal de criação do Conselho ou ato legal de atribuição de suas funções ao CME. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

(...) Ato legal de criação do Conselho do Fundeb

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

(...) Lei (*anexar arquivo*)

(...) Decreto (*anexar arquivo*)

(...) Outro (*anexar arquivo*)

() Ato legal de atribuição das funções do Conselho do Fundeb à Câmara de Financiamento do Conselho Estadual/ Municipal de Educação

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

(...) Lei (*anexar arquivo*)

(...) Decreto (*anexar arquivo*)

(...) Outro (*anexar arquivo*)

() Não há ato de criação do Conselho do Fundeb ou de atribuição das funções do Conselho do Fundeb à Câmara de Financiamento do Conselho Estadual/ Municipal de Educação

6. Órgão estadual/municipal responsável pela gestão dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

- Secretaria Estadual/ Municipal de Finanças ou afim
- Secretaria Estadual/ Municipal de Educação ou afim
- Outros *(descreva)*

7. Creches

Pode haver mais de uma alternativa para o município, no entanto, a última alternativa foi apresentada apenas para os estados, não deve ser assinalada pelo município.

- Creches da rede de ensino do Distrito Federal/ municipal (públicas)

Quantidade: *(informar a quantidade)*

- Creches da rede de ensino do Distrito Federal/ municipal (conveniadas)

Quantidade: *(informar a quantidade)*

- Creches públicas e conveniadas sob responsabilidade de outros órgãos do Distrito Federal/ municipais (Secretaria de Assistência Social, Saúde ou outra)

Quantidade: *(informar a quantidade)*

- De acordo com a Lei 9.394/1996 (LDB), não é atribuição do estado o atendimento de alunos em creches. *(essa alternativa é apenas para redes estaduais)*

8. Pré-escolas

Pode haver mais de uma alternativa para o município, no entanto, a última alternativa foi apresentada somente para os estados, não deve ser assinalada pelo município.

Pré-escolas da rede de ensino do Distrito Federal/ municipal (públicas)

Quantidade: *(informar a quantidade)*

Pré-escolas da rede de ensino do Distrito Federal/ municipal (conveniadas)

Quantidade: *(informar a quantidade)*

Pré-escolas públicas e conveniadas sob responsabilidade de outros órgãos do Distrito Federal/ municipais (Secretaria de Assistência Social, Saúde ou outra)

Quantidade: *(informar a quantidade)*

De acordo com a Lei 9.394/1996 (LDB), não é atribuição do estado o atendimento de alunos em pré-escolas. *(essa alternativa é apenas para redes estaduais)*

9. Conselho Escolar (CE)

Há duas alternativas: existe ato legal ou não existe. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

Ato legal de criação de conselhos escolares nas escolas da rede

Como? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

(...) Lei *(anexar arquivo)*

(...) Decreto *(anexar arquivo)*

(...) Outro *(anexar arquivo)*

Não há ato de criação de conselhos escolares

Caso o município assinale a primeira alternativa – que existe o ato legal de criação dos conselhos escolares –, novos questionamentos serão feitos.

9.2. Escolas com CE implantado

Selecione as escolas com CE implantado. O município assinala as escolas que já implantaram o conselho escolar.

Total de escolas da rede estadual/ municipal de ensino: *(preenchimento automático)*

9.3. Participação dos alunos na definição dos objetivos, do material, das situações, dos métodos e do próprio planejamento das atividades desenvolvidas na escola

Há duas alternativas: existe participação dos alunos ou não existe.

Há participação dos alunos

Como acontece essa participação? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

A participação acontece por meio da representação dos alunos no conselho escolar.

(...) A participação acontece por meio das lideranças de classe.

(...) A participação acontece por meio do grêmio estudantil.

(...) Outros *(descreva quais são os outros tipos de participação)*

Não há participação dos alunos

10. Critérios para escolha de diretor escolar

(...) Concurso público

(...) Eleição

(...) Mista: seleção técnica e eleição

(...) Indicação *(descreva o que serve de base para a indicação da direção escolar)*

(...) Outros *(descreva)*

11. Plano de carreira para o magistério e profissionais de serviço e apoio escolar

Há duas alternativas: existe ato legal ou não existe. Se houver, o(s) documento(s) deve(rão) ser anexado(s).

(...) Ato de criação do plano de carreira para o magistério e profissionais de serviço e apoio escolar

Há duas alternativas: existe plano de carreira para professores e outros profissionais ou existe plano apenas para professores.

() Ato legal de criação do plano de carreira para o magistério e profissionais de serviço e apoio escolar
Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.

(...) Lei (*anexar arquivo*)

(...) Decreto (*anexar arquivo*)

(...) Outro (*anexar arquivo*)

(...) Ato legal de criação do plano de carreira para o magistério (não há plano de carreira para os profissionais de serviço e apoio escolar) *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

(...) Lei (*anexar arquivo*)

(...) Decreto (*anexar arquivo*)

(...) Outro (*anexar arquivo*)

(...) Não há ato de criação do plano de carreira para o magistério e profissionais de serviço e apoio escolar

12. Relação da secretaria estadual/municipal de educação com a(s) instituição(ões) formadora(s) de professores da educação básica da rede estadual/municipal de ensino (formação inicial e continuada)

(...) Há uma articulação permanente entre a secretaria de educação e a(s) instituição(ões) formadora(s) dos professores da rede de ensino, com vistas à integração entre formação do docente e a sua prática pedagógica na escola, tanto no que se refere à formação inicial quanto à continuada.

(...) Há uma articulação permanente entre a secretaria de educação e a(s) instituição(ões) formadora(s) dos professores da rede de ensino, com vistas à integração entre formação do docente e a sua prática pedagógica na escola, porém somente no que se refere à formação inicial.

(...) Há uma articulação permanente entre a secretaria de educação e a(s) instituição(ões) formadora(s) dos professores da rede de ensino, com vistas à integração entre formação do docente e a sua prática pedagógica na escola, porém somente no que se refere à formação continuada.

(...) Há uma articulação não sistemática entre a secretaria de educação e a(s) instituição(ões) formadora(s) dos professores da rede de ensino, com vistas à integração entre formação do docente e a sua prática pedagógica na escola, tanto no que se refere à formação inicial quanto à continuada.

(...) Não há uma articulação entre a secretaria de educação e a(s) instituição(ões) formadora(s) dos professores da rede de ensino, com vistas à integração entre formação do docente e a sua prática pedagógica na escola, o que ocasiona um sentimento forte de afastamento e desvinculação entre as instituições formadoras e as escolas/ salas de aula.

13. Avaliações educacionais

Há duas alternativas: existe/participa de sistema de avaliação local ou participa apenas das avaliações nacionais.

(...) A rede de ensino participa ou possui um sistema de avaliação.

Qual? *Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.*

(...) A rede de ensino participa de sistema de avaliação estadual.

(...) A rede de ensino participa de sistema de avaliação regional (a partir de arranjos municipais).

(...) A rede de ensino possui um sistema de avaliação próprio.

(...) A rede de ensino não participa dos sistemas de avaliação descritos anteriormente, apenas das avaliações nacionais do MEC.

14. Provinha Brasil

(...) O estado/município aplicou a Provinha Brasil na totalidade da sua rede de ensino como uma avaliação diagnóstica - um instrumento pedagógico sem finalidades classificatórias, e os resultados subsidiaram o planejamento curricular.

(...) O estado/município aplicou a Provinha Brasil em parte da sua rede de ensino como uma avaliação diagnóstica - um instrumento pedagógico sem finalidades classificatórias, e os resultados subsidiaram o planejamento curricular.

(...) O estado/município aplicou a Provinha Brasil na totalidade da sua rede de ensino, mas não utilizou os resultados.

(...) O estado/município aplicou a Provinha Brasil em parte da sua rede de ensino, mas não utilizou os resultados.

(...) O estado/município não aplicou a Provinha Brasil na sua rede de ensino.

15. Alfabetização de Jovens e Adultos

Há duas alternativas: há alunos para AJA ou todas as pessoas nessa faixa de atendimento já estão alfabetizadas.

() Existem pessoas no estado/município, na faixa etária de atendimento da educação de jovens e adultos, que não estão alfabetizadas.

Selecione: *(selecionar apenas uma alternativa)*

() A secretaria estadual/municipal de educação participa do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

() A secretaria estadual/municipal de educação implementa programa próprio para alfabetização de jovens e adultos.

(...) O estado e o município, em parceria, implementam um programa regional de alfabetização de jovens e adultos.

() ONGs e/ou entidades civis ou privadas, com ou sem finalidade lucrativa, implementam programa(s) de alfabetização de jovens e adultos no estado/município.

() Não há, no estado/município, um programa de alfabetização de jovens e adultos implementado.

(...) Todas as pessoas do estado/município, na faixa etária de atendimento da educação de jovens e adultos, foram alfabetizadas.

A seguir serão apresentados os indicadores qualitativos.

Os indicadores estão agrupados em quatro grandes dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Cada indicador possui quatro descritores, que deverão ser discutidos entre a equipe local (que elabora o PAR) para que se defina aquele que melhor caracteriza a situação do município, conforme as orientações contidas nas “Orientações Gerais para Elaboração do Plano de Ações Articuladas dos Municípios – PAR 2011-2014”.

Para ajudar a reflexão da equipe municipal, esse documento apresenta, em cada indicador, sugestões de questões para discussão, mas é importante que o município qualifique todo esse trabalho com informações concretas, como já foi ressaltado anteriormente.

Em relação ao instrumento diagnóstico anterior (PAR 2007 – 2011), ampliou-se o quantitativo de indicadores para contemplar alguns aspectos que não foram evidenciados na primeira edição.

Quanto à metodologia de elaboração do PAR, as pontuações 3 e 4 aceitarão a proposição de ações e subações pelo município.

Ações e subações nos indicadores com pontuação 3 ou 4 são opcionais.

Ações e subações nos indicadores com pontuação 1 ou 2 são obrigatórias.

“Não se aplica” não admite a proposição de ações e subações.

GESTÃO EDUCACIONAL

Dimensão 1: Gestão Educacional

Questões iniciais para discussão	O que é gestão educacional? Qual a importância da gestão educacional na educação brasileira? Qual a qualidade e equidade que a gestão educacional deverá garantir? Quais as diferenças entre gestão educacional e gestão escolar? Que tipo de gestão se pratica no seu município? Conhece a Lei das Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96? Como se articula gestão educacional e o sistema de ensino? Qual o compromisso de cada um dos agentes com a gestão educacional?
---	---

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=219:pradime-apresentacao&catid=149:pradime&Itemid=447

■ <http://www.undime.org.br/>

Áreas – Dimensão 1

1.1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino

1.2 - Gestão de pessoas

1.3 - Conhecimento e utilização de informação

1.4 - Gestão de finanças

1.5 - Comunicação e interação com a sociedade

GESTÃO EDUCACIONAL

1.1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino

1.1.1 - Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)

(1) Quando não existe nenhuma forma de acompanhamento e avaliação das metas do Plano Municipal de Educação (PME) por parte da secretaria municipal de educação, ou previsão de implantação do PME. Ou ainda, quando não existe o PME.

(2) Quando existe o Plano Municipal de Educação (PME) e um planejamento para o acompanhamento e avaliação de suas metas, mas no planejamento não está prevista a participação de professores e gestores e de representantes da sociedade civil organizada.

(3) Quando existe o Plano Municipal de Educação (PME) e o acompanhamento e avaliação de suas metas, com a participação de professores e gestores, sem a presença de representantes da sociedade civil organizada. A avaliação não é contínua e o acompanhamento é voltado à análise de aspectos apenas quantitativos.

(4) Quando existe o Plano Municipal de Educação (PME) e o acompanhamento e avaliação de suas metas, com a participação de professores e gestores e de representantes da sociedade civil organizada. A avaliação é contínua e o acompanhamento voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos.

Conceitos envolvidos	Planejamento e planejamento educacional; PNE; processo de elaboração, vigência e metas do PNE; princípios norteadores do processo de elaboração do PME; regime de colaboração.
Questões para discussão	O que é o Plano Municipal de Educação? Qual a importância desse plano para a gestão da Educação? Que aspectos da Educação do município devem ser mencionados e desenvolvidos nesse plano? Quem elabora, executa e acompanha o Plano Municipal de Educação? Quais dados devem ser disponibilizados para a elaboração desse plano? Como deve ser a articulação entre o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual e o Plano Municipal? Como o Plano de Ações Articuladas pode ajudar o município a atingir as metas estabelecidas no PME?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://www.mp.go.gov.br/ancb/documentos/Politica_Nacional/Doc%20Norteador%20Elab%20Plano%20Municipal%20Educ%20-%20Cartilha_MEC.pdf

■ http://www.undime.org.br/htdocs/index.php?acao=princ&id=2&id_prin=68

1.1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino

1.1.2 - Existência, composição, competência e atuação do Conselho Municipal de Educação (CME)

(1) Quando não existe o Conselho Municipal de Educação (CME). Ou quando o CME existe apenas em lei.

(2) Quando existe o Conselho Municipal de Educação (CME), com regimento interno; a escolha dos conselheiros é feita por indicação e os diversos segmentos não estão representados; zela, em parte, pelo cumprimento das normas; não auxilia no planejamento municipal da Educação, na distribuição de recursos, no acompanhamento e avaliação das ações educacionais.

(3) Quando existe o Conselho Municipal de Educação (CME), com regimento interno, escolha democrática dos conselheiros, porém nem todos os segmentos estão representados; o CME zela pelo cumprimento das normas; não auxilia a SME no planejamento municipal da Educação, na distribuição de recursos, no acompanhamento e avaliação das ações educacionais.

(4) Quando existe o Conselho Municipal de Educação (CME) atuante, com regimento interno, com escolha democrática dos conselheiros e representantes de todos os segmentos; zela pelo cumprimento das normas; e auxilia a SME no planejamento municipal da Educação, na distribuição de recursos e no acompanhamento e avaliação das ações educacionais.

Conceitos envolvidos	Controle social; gestão democrática; participação popular. Papel do CME no que se refere à ação pedagógica escolar, à legislação e aos mecanismos de financiamento, repasse e controle das verbas da Educação; legislação, normas e orientações pertinentes ao tema.
Questões para discussão	Qual é a função do Conselho Municipal de Educação? Por que é importante a participação da comunidade na gestão da Educação? Como deve participar? Como é constituído o CME e como são escolhidos os conselheiros? O que é “controle social”? Porque se exige cada vez mais o controle social das políticas públicas? Como garantir uma participação popular e uma representação efetiva da comunidade nos conselhos? Qual a função dos conselheiros? Como preparar o conselheiro para o desempenho de suas funções? Os conselhos existentes têm cumprido adequadamente suas funções? Como se dá a relação representante - representado nos diferentes segmentos que compõem o CME?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=251&Itemid=470

1.1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino

1.1.3 - Existência e funcionamento de conselhos escolares (CE)

(1) Quando não existem conselhos escolares implantados; a secretaria municipal de educação não sugere, tampouco orienta a sua implantação. As escolas da rede não se mobilizam para a formação de conselhos escolares.

(2) Quando existem conselhos escolares em menos de 50% das escolas, pouco atuantes (existem apenas no papel) e seus representantes não são eleitos democraticamente. A secretaria municipal de educação sugere, mas não orienta a implantação dos conselhos escolares. As escolas da rede, em parte, mobilizam-se para implantar conselhos escolares, mas não recebem orientação para isso.

(3) Quando existem, em 50% ou mais das escolas da rede, conselhos escolares implantados, com participação atuante de todos os segmentos, eleitos democraticamente; a secretaria municipal de educação sugere e orienta a implantação dos conselhos escolares. As escolas da rede, em parte, mobilizam-se para implantar conselhos escolares.

(4) Quando existe, em toda a rede, conselhos escolares implantados com participação efetiva de todos os segmentos, eleitos democraticamente. A secretaria municipal de educação orienta e acompanha a atuação dos conselhos escolares.

Conceitos envolvidos	Controle social; gestão democrática; escola e comunidade.
Questões para discussão	Qual é a função dos conselhos escolares? Porque é importante a participação da comunidade na gestão da Educação? Como deve participar? O que é “controle social”? Como garantir uma participação popular e uma representação efetiva da comunidade nos conselhos escolares? Qual a função dos conselheiros? Como preparar o conselheiro para o desempenho de suas funções? Os conselhos existentes têm cumprido adequadamente suas funções?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-escolares&Itemid=655

1.1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino

1.1.4 - Existência de projeto pedagógico (PP) nas escolas, inclusive nas de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e de educação de jovens e adultos (EJA), participação dos professores e do conselho escolar na sua elaboração, orientação da secretaria municipal de educação e consideração das especificidades de cada escola

(1) Quando menos de 10% das escolas, considerando, inclusive, as de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e de educação de jovens e adultos (EJA), possuem o projeto pedagógico (PP). Ou quando as escolas não possuem o projeto pedagógico (PP); a secretaria municipal de educação não incentiva a sua elaboração.

(2) Quando menos de 50% das escolas, considerando, inclusive, as de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e de educação de jovens e adultos (EJA), possuem o projeto pedagógico (PP), elaborado com a participação de alguns professores, mas sem a colaboração do conselho escolar; a secretaria municipal de educação não incentiva a sua elaboração. Ou quando todas as escolas possuem o projeto pedagógico (PP), que é padrão para toda a rede, tendo sido elaborado diretamente pela secretaria municipal de educação.

(3) Quando 50% ou mais das escolas, considerando, inclusive, as de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e de educação de jovens e adultos (EJA), possuem o projeto pedagógico (PP), elaborado com a participação de alguns professores, mas sem a colaboração do conselho escolar. A secretaria municipal de educação apoia, orienta a elaboração e respeita as especificidades de cada escola.

(4) Quando todas as escolas, considerando, inclusive, as de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e de educação de jovens e adultos (EJA), possuem o projeto pedagógico (PP), elaborado com a participação de todos os professores e do conselho escolar (ou órgão equivalente na própria escola). A secretaria municipal de educação respeita as especificidades de cada escola.

Conceitos envolvidos	Projeto pedagógico; gestão democrática, autonomia e inclusão social; ordenamento legal e normativo da educação básica (nacional, estadual e municipal); organização curricular; processo de ensino e de aprendizagem; identidade escolar.
Questões para discussão	O que é o PP e como ele deve ser elaborado? Quais as finalidades de elaborar o PP? Quais os eixos que devem estar incluídos no PP, considerando o direito à educação? Como garantir a participação de toda a comunidade na sua elaboração? Qual a importância do PP, em que contexto ele surgiu? Quem participa da elaboração do PP e como deve ser conduzido o processo? Existe algum documento norteador ou regras para sua elaboração? O que deve conter num bom PP? Como a realidade educacional do município se relaciona com a realidade das escolas em particular? Em que momentos as escolas revisam seus PP? É uma diretriz da SME que todas as escolas elaborem PP? Algum técnico da SME recebeu formação específica sobre a elaboração do PP? Quais são as maiores dificuldades na elaboração do PP?

1.1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino

1.1.5 - Composição e atuação do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

(1) Quando o Conselho do Fundeb, ou câmara de financiamento do Conselho Municipal de Educação, existe formalmente, apenas para cumprir o estabelecido na legislação (Lei 11.494/2007).

(2) Quando o Conselho do Fundeb, ou câmara de financiamento do Conselho Municipal de Educação, não é representado por todos os segmentos (conforme norma - Lei 11.494/2007); não existe um regimento interno; as reuniões não são regulares; raramente acontece o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos (Fundeb, Pnate e Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à EJA); o Conselho nem sempre promove ampla publicidade à aplicação dos recursos.

(3) Quando o Conselho do Fundeb, ou câmara de financiamento do Conselho Municipal de Educação, é representado por todos os segmentos (conforme norma - Lei 11.494/2007); possui um regimento interno; as reuniões não são regulares; o Conselho do Fundeb atua, em parte, no acompanhamento e no controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos (Fundeb, Pnate e Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à EJA); o Conselho promove ampla publicidade à aplicação dos recursos.

(4) Quando o Conselho do Fundeb, ou câmara de financiamento do Conselho Municipal de Educação, é representado por todos os segmentos (conforme norma - Lei 11.494/2007); possui um regimento interno conhecido por todos (comunidade interna e externa); reúne-se regularmente e atua no acompanhamento e no controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos (Fundeb, Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate e Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à EJA); o Conselho promove ampla publicidade à aplicação dos recursos.

Conceitos envolvidos	Fundeb; gestão democrática; controle social.
Questões para discussão	Qual é a função do Conselho do Fundeb? Por que é importante a participação da comunidade na gestão da Educação? Como deve participar? O que é “controle social”? Por que se exige cada vez mais o controle social das políticas públicas? Como garantir uma participação popular e uma representação efetiva da comunidade nos conselhos? Qual a função dos conselheiros? Como preparar o conselheiro para o desempenho de suas funções? Os conselhos existentes têm cumprido adequadamente suas funções?

Fonte(s) para pesquisa:

■ <http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>

1.1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino

1.1.6 - Composição e atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

(0) Não se aplica. O município não recebe recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

(1) Quando o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) existe formalmente, apenas para cumprir o estabelecido na legislação (Lei 11.947/2009).

(2) Quando o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) não é representado por todos os segmentos (conforme norma - Lei 11.947/2009); não existe um regimento interno; as reuniões não são regulares; raramente acontece a fiscalização da aplicação dos recursos transferidos; o CAE não acompanha a compra nem a distribuição dos alimentos/ produtos nas escolas; não está atento às boas práticas sanitárias, de higiene e ao objetivo de formação de bons hábitos alimentares.

(3) Quando o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é representado por todos os segmentos (conforme norma - Lei 11.947/2009); possui um regimento interno; as reuniões não são regulares; o CAE fiscaliza a aplicação dos recursos transferidos; acompanha, em parte, a compra dos alimentos/ produtos e a distribuição nas escolas; está parcialmente atento às boas práticas sanitárias, de higiene e ao objetivo de formação de bons hábitos alimentares.

(4) Quando o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é representado por todos os segmentos (conforme norma - Lei 11.947/2009); o CAE possui um regimento interno conhecido por todos (comunidade interna e externa); reúne-se regularmente e atua fiscalizando a aplicação dos recursos transferidos; zela pela qualidade dos produtos; acompanha desde a compra até a distribuição dos alimentos/ produtos nas escolas; está atento às boas práticas sanitárias, de higiene e ao objetivo de formação de bons hábitos alimentares.

Conceitos envolvidos	Conselho de Alimentação Escolar; gestão democrática; controle social; direito à alimentação e segurança alimentar.
Questões para discussão	Qual é a função do Conselho de Alimentação Escolar? Por que é importante a participação da comunidade na gestão da Educação? Como deve participar? O que é “controle social”? Por que se exige cada vez mais o controle social das políticas públicas? Como garantir uma participação popular e uma representação efetiva da comunidade nos conselhos? Qual a função dos conselheiros? Como preparar o conselheiro para o desempenho de suas funções? Os conselhos existentes têm cumprido adequadamente suas funções?

Fonte(s) para pesquisa:

■ <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>

1.1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino

1.1.7 - Existência e atuação do Comitê Local do Compromisso

(1) Quando não existe o Comitê Local do Compromisso (XXVIII diretriz do Plano de Metas do PDE) implementado, nem seu papel foi atribuído ao Conselho Municipal de Educação. Ou quando o Comitê Local do Compromisso existe formalmente, apenas para cumprir a XXVIII diretriz do Plano de Metas do PDE.

(2) Quando existe o Comitê Local do Compromisso (XXVIII diretriz do Plano de Metas do PDE) implementado ou seu papel foi atribuído ao Conselho Municipal de Educação, com regimento interno, porém suas reuniões não são regulares; o Comitê é representado apenas por segmentos do governo municipal, não havendo, nele, representação da sociedade civil; é pouco atuante; não mobiliza a sociedade e nem acompanha as metas de evolução do Ideb.

(3) Quando existe o Comitê Local do Compromisso (XXVIII diretriz do Plano de Metas do PDE) implementado ou seu papel foi atribuído ao Conselho Municipal de Educação; o Comitê possui regimento interno, mas suas reuniões não são regulares; o Comitê é representado por segmentos do governo municipal e sociedade civil; mobiliza a sociedade e acompanha, em parte, as metas de evolução do Ideb.

(4) Quando existe o Comitê Local do Compromisso (XXVIII diretriz do Plano de Metas do PDE) implementado ou seu papel foi atribuído ao Conselho Municipal de Educação, possui um regimento interno; suas reuniões são regulares; o Comitê é representado por segmentos do governo municipal e da sociedade civil; é atuante; mobiliza a sociedade e acompanha as metas de evolução do Ideb; auxilia a secretaria de educação no fortalecimento do ensino público de qualidade.

Conceitos envolvidos	Políticas públicas e educação; gestão da Educação; Ideb e qualidade da educação básica; planejamento participativo; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; legislação e normas pertinentes; diferença entre órgão de controle social e órgão de mobilização.
Questões para discussão	Quais os princípios e fundamentos do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação? Qual é a função do Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação? Qual sua composição ideal? Por que é importante a participação da comunidade na gestão da Educação? Como deve participar? Qual é a diferença entre “órgão de controle social” e “órgão de mobilização”?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14720&Itemid=1051

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.1 - Quadro de servidores da secretaria municipal de educação (SME)

(1) Quando a secretaria municipal de educação apresenta, em sua estrutura organizacional, uma quantidade insuficiente de servidores para atender às demandas da SME; os servidores não possuem a formação adequada ao exercício de suas funções e não participam de formação continuada.

(2) Quando a secretaria municipal de educação possui, em sua estrutura organizacional, uma quantidade de servidores inferior a 50% do que seria necessário para atender às demandas da SME; os servidores possuem, em parte, formação adequada ao exercício de suas funções e participam, ocasionalmente, de formação continuada.

(3) Quando a secretaria municipal de educação possui, em sua estrutura organizacional, uma quantidade de servidores igual ou superior a 50% do que seria necessário para atender às demandas da SME; os servidores possuem formação adequada ao exercício de suas funções e participam de formação continuada, resultante de uma política da SME que visa garantir uma equipe capacitada e boas condições de trabalho ao servidor.

(4) Quando a secretaria municipal de educação possui, em sua estrutura organizacional, uma quantidade de servidores suficiente; os servidores possuem formação adequada ao exercício de suas funções e participam de formação continuada, resultante de uma política da SME que visa garantir uma equipe capacitada e boas condições de trabalho ao servidor.

Conceitos envolvidos	Planejamento e planejamento educacional; gestão da Educação municipal; organização da SME; continuidade das ações públicas.
Questões para discussão	Existe, na secretaria, pessoal qualificado e em quantidade suficiente? Existe a função de pedagogo/a na secretaria? Existem servidores concursados que atuem permanentemente na secretaria? Existe algum programa de qualificação ou formação continuada de servidores? Como calcular o número ideal de servidores na secretaria? Como projetar o crescimento da demanda de serviços realizados pela secretaria? Quais são as áreas mais estratégicas que demandam pessoal?

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.2 - Critérios para escolha da direção escolar

- (1) Quando não existem critérios definidos para a escolha da direção das escolas.
- (2) Quando existem critérios para a escolha da direção das escolas, mas eles não consideram experiência educacional, mérito e desempenho; tais critérios não são de conhecimento de todos e não existe um ato legal para defini-los.
- (3) Quando existem critérios definidos para a escolha da direção das escolas; os critérios consideram experiência educacional, mérito e desempenho, mas não são de conhecimento de todos e não existe um ato legal para formalizá-los.
- (4) Quando existem critérios definidos e claros para a escolha da direção das escolas; os critérios consideram experiência educacional, mérito e desempenho; são conhecidos por todos e publicados na forma de lei, decreto, portaria ou resolução.

Conceitos envolvidos	Gestão democrática participativa, autonomia, mobilização da comunidade escolar; democratização, participação; papel do diretor; publicização da gestão pública; bases constitucional, legal e normativa.
Questões para discussão	Quais são os possíveis critérios de escolha da direção das escolas? Quais as vantagens e desvantagens de cada um? Quais as funções, compromissos e responsabilidades de um diretor de escola? Qual o papel da SME na implantação de uma cultura democrática na escolha de diretores escolares? Quais os fundamentos da gestão democrática da Educação? Quais os canais de participação possibilitados pela gestão democrática? Como é compreendido o papel da direção escolar no contexto da gestão democrática?

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.3 - Presença de coordenadores ou supervisores pedagógicos nas escolas

(1) Quando as escolas da rede não possuem coordenadores ou supervisores pedagógicos. Os coordenadores ou supervisores pedagógicos estão lotados na secretaria municipal de educação e realizam apenas visitas esporádicas às escolas.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede possuem coordenadores ou supervisores pedagógicos, mas não em tempo integral. As demais escolas são atendidas pelos coordenadores ou supervisores pedagógicos lotados na secretaria de educação, que realizam visitas periódicas para orientar e auxiliar os professores no desenvolvimento de conteúdos e metodologias de ensino.

(3) Quando 50% ou mais das escolas da rede possuem coordenadores ou supervisores pedagógicos em tempo integral; eles atendem a todas as etapas ofertadas. Esses profissionais orientam e auxiliam os professores no desenvolvimento de conteúdos e metodologias de ensino.

(4) Quando todas as escolas da rede possuem coordenadores ou supervisores pedagógicos em tempo integral; eles atendem a todas as etapas ofertadas. Esses profissionais orientam e auxiliam os professores no desenvolvimento de conteúdos e metodologias.

Conceitos envolvidos	Organização, assistência pedagógica, melhoria no processo de ensino e de aprendizagem; saberes e competências necessários ao coordenador ou supervisor pedagógico; dialogicidade no processo de construção da prática pedagógica.
Questões para discussão	Como é feito o acompanhamento pedagógico nas escolas? Como a escola discute seus indicadores educacionais? Quais as funções da coordenação pedagógica na SME e nas escolas? Caso haja coordenadores/ supervisores pedagógicos: eles exercem, de fato, suas funções de modo a assegurar a qualidade de ensino e de aprendizagem? Que trabalho específico os coordenadores/ supervisores pedagógicos desenvolvem? As escolas do município possuem esses profissionais? Eles têm formação específica para a função? Como avaliar o desempenho profissional do coordenador ou supervisor?

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.4 - Quadro de professores

(1) Quando menos de 10% das escolas da rede apresentam uma relação matrícula/ professor adequada. Ou quando todas as escolas da rede apresentam uma relação matrícula/ professor inadequada, pois não há um planejamento do provimento das vagas de docentes na rede de ensino.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede apresentam uma relação matrícula/ professor adequada, resultante de um planejamento que visa reduzir as remoções e substituições, evitando prejuízos ao aprendizado dos alunos, garantindo boas condições de trabalho ao professor e suprimindo as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias; esse planejamento é feito a partir de um cálculo geral. Esse cálculo, porém, não considera o número de remoções e substituições no quadro de professores e as tendências de crescimento de matrículas; o planejamento nem sempre contempla as diversas etapas de ensino ofertadas pela rede.

(3) Quando 50% ou mais das escolas da rede apresentam uma relação matrícula/ professor adequada, resultante de um planejamento que visa reduzir as remoções e substituições, evitando prejuízos ao aprendizado dos alunos, garantindo boas condições de trabalho ao professor e suprimindo as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias; esse planejamento é feito a partir do cálculo do número de remoções e substituições no quadro de professores e da análise das tendências de crescimento de matrículas; nem sempre contempla as diversas etapas de ensino ofertadas pela rede.

(4) Quando todas as escolas da rede apresentam uma relação matrícula/ professor adequada, resultante de um planejamento que visa reduzir as remoções e substituições, evitando prejuízos ao aprendizado dos alunos, garantindo boas condições de trabalho ao professor e suprimindo as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias; esse planejamento é feito a partir do cálculo do número de remoções e substituições no quadro de professores e da análise das tendências de crescimento de matrículas; ele contempla todas as etapas de ensino ofertadas pela rede.

Conceitos envolvidos	Educador, processo de ensino, qualidade na Educação, organização curricular.
Questões para discussão	Quais os critérios de seleção para professor para escolas da rede? Existe um plano de formação continuada para os professores? O envolvimento do professor com a comunidade escolar é relevante para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem? O que fazer para que haja envolvimento e compromisso do educador? Qual seu perfil? O quadro de professores atende à demanda atual do município? Em que áreas se concentram as maiores demandas? Quais os principais motivos do aumento da demanda (ausência de profissionais habilitados, entre outros).

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.5 - Estágio probatório efetivando os professores e outros profissionais da Educação

(1) Quando não existem regras claras e definidas para o estágio probatório de professores e demais profissionais da Educação.

(2) Quando as regras para o estágio probatório de professores e demais profissionais da Educação não estão claras e definidas. Essas regras não são de conhecimento e compreensão de todos. O servidor não tem acesso aos relatórios e boletins de avaliação de desempenho. As avaliações são realizadas somente por membros internos e não são considerados aspectos relacionados à assiduidade, resultado dos alunos nas avaliações oficiais, pontualidade, participação na elaboração do projeto pedagógico (PP) e participação nas discussões ou trabalhos pedagógicos. O período de estágio probatório não é visto como um momento ideal para complementar a formação do professor, a partir do qual se orienta a sua prática docente e acompanha o seu desenvolvimento.

(3) Quando existem regras claras e definidas para o estágio probatório de professores e demais profissionais da Educação. Essas regras não são de conhecimento e compreensão de todos. Eventualmente o servidor tem acesso aos relatórios e boletins de avaliação de desempenho. As avaliações são realizadas por membros externos ao seu sistema educacional e consideram a assiduidade, resultado dos alunos nas avaliações oficiais, pontualidade, participação na elaboração do projeto pedagógico (PP) e participação nas discussões ou trabalhos pedagógicos. O período de estágio probatório é visto, parcialmente, como um momento ideal para complementar a formação do professor, orientar a prática docente e acompanhar o seu desenvolvimento.

(4) Quando existem regras claras e definidas para o estágio probatório de professores e demais profissionais da Educação. Essas regras são de conhecimento e compreensão de todos. O servidor tem acesso aos relatórios e boletins de avaliação de desempenho. As avaliações, tanto para o estágio de professores quanto o dos demais profissionais são realizadas com a participação de membros externos ao seu sistema educacional; a avaliação considera aspectos relacionados à assiduidade, resultado dos alunos nas avaliações oficiais, pontualidade, participação na elaboração do projeto pedagógico (PP) e participação nas discussões ou trabalhos pedagógicos. O período de estágio probatório é visto como um momento ideal para complementar a formação do professor, orientar a prática docente e acompanhar o seu desenvolvimento.

Conceitos envolvidos	Estágio probatório; desempenho profissional; legislação e normas pertinentes.
Questões para discussão	Quais os fundamentos do estágio probatório? O que compreende o estágio probatório? A quem compete e como é feito o acompanhamento dos profissionais em estágio probatório? Como investir na qualificação dos profissionais em estágio probatório?

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.6 - Plano de carreira para o magistério

(1) Quando não existe plano de carreira para o magistério.

(2) Quando existe plano de carreira com implementação eventual ou acidental; não decorre de processo intencional e direcionado por políticas previamente formuladas e/ou ações de gestores.

(3) Quando o plano de carreira para o magistério está em fase de implementação; expressa com clareza uma concepção de valorização do magistério para a qualidade da educação escolar, mas não é de conhecimento da comunidade. O plano estabelece regras claras para ingresso na carreira (por concurso público), avaliação de desempenho e critérios de evolução funcional por meio de trajetória de formação (formação inicial e continuada) e tempo de serviço; assim como prevê composição da jornada de trabalho com hora-aula e hora-atividade.

(4) Quando existe plano de carreira para o magistério implementado; ele expressa com clareza uma concepção de valorização do magistério para a qualidade da educação escolar, sendo de conhecimento da comunidade. O plano estabelece regras claras para ingresso na carreira (por concurso público), avaliação de desempenho e critérios de evolução funcional por meio de trajetória de formação (formação inicial e continuada) e tempo de serviço; assim como prevê composição da jornada de trabalho com hora-aula e hora-atividade.

Conceitos envolvidos	Planejamento educacional; valorização, profissionalização e avaliação do magistério. Plano de cargos e carreira para profissionais da Educação ou magistério.
Questões para discussão	Qual a importância da existência de um plano de carreira para o magistério? O município possui o plano? Conhece a Resolução nº 03/97 CEB/CNE? Caso possua: houve mobilização da categoria? Como foi o processo de elaboração? Houve ampla divulgação do documento aprovado? Qual a jornada de trabalho definida? Qual o percentual que o docente deverá dedicar ao suporte pedagógico? Está sendo implementado?

Fonte(s) para pesquisa:

■ <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.7 - Plano de carreira dos profissionais de serviço e apoio escolar

- (1) Quando não existe plano de carreira para os profissionais de serviços e apoio escolar.
- (2) Quando existe plano de carreira para os profissionais de serviços e apoio escolar com implementação eventual ou acidental; não decorre de processo intencional e direcionado por políticas previamente formuladas e/ou ações de gestores.
- (3) Quando o plano de carreira para os profissionais de serviços e apoio escolar está em fase de implementação; expressa uma diretriz definida, mas não é de conhecimento da comunidade. O plano estabelece regras claras para ingresso na carreira (por concurso público), avaliação de desempenho e critérios de evolução funcional por meio de trajetória acadêmica (formação inicial e continuada).
- (4) Quando existe um plano de carreira para os profissionais de serviços e apoio escolar implementado; ele expressa uma diretriz clara e definida; e é de conhecimento da comunidade. O plano estabelece regras claras para ingresso na carreira (por concurso público), avaliação de desempenho e critérios de evolução funcional por meio de trajetória acadêmica (formação inicial e continuada).

Conceitos envolvidos	Planejamento educacional, organização, gestão democrática e participativa; valorização dos profissionais de serviço e apoio escolar; direitos e deveres.
Questões para discussão	Quais são os profissionais de apoio escolar? Qual a importância da existência de carreira específica para esses profissionais? Qual a importância de um plano para essa categoria? Quais são os marcos legais para o plano de carreira? O que o plano de carreira deve garantir? A SME disponibiliza ações de formação continuada para o seu quadro de profissionais de serviço e apoio escolar? O município possui esse plano? Caso possua, houve mobilização da categoria? Como foi o processo de elaboração? Houve ampla divulgação do documento aprovado? Está sendo implementado?

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.8 - Piso salarial nacional do professor

(1) Quando não existe piso salarial para professores referenciado na Lei 11.738/08.

(2) Quando existe piso salarial para os profissionais do magistério, com valor referenciado na Lei 11.738/08, somente para os profissionais de nível médio. A legislação municipal que criou o piso salarial não expressa, com clareza, uma concepção de carreira: não estabelece critérios de atualização anual dos valores e de evolução funcional, considerando os níveis de formação dos profissionais, não institui uma carga horária mínima para atividades de planejamento, coordenação e trabalho coletivo; o ato normativo não é do conhecimento de todos.

(3) Quando existe o piso salarial para os profissionais do magistério, com valor referenciado na Lei 11.738/08, devidamente implementado. A legislação municipal que criou o piso salarial expressa, com clareza, uma concepção de carreira: estabelece critérios de atualização anual dos valores e de evolução funcional, considerando os níveis de formação dos profissionais, mas não institui uma carga horária mínima para atividades de planejamento, coordenação e trabalho coletivo; o ato normativo é do conhecimento de todos.

(4) Quando existe o piso salarial para os profissionais do magistério, com valor referenciado na Lei 11.738/08, devidamente implementado. A legislação municipal que instituiu o piso expressa, com clareza, uma concepção de carreira: estabelece critérios de atualização anual dos valores e de evolução funcional, considerando níveis de formação dos profissionais e institui uma carga horária mínima para atividades de planejamento, coordenação e trabalho coletivo; o ato normativo é do conhecimento de todos.

Conceitos envolvidos	Valorização do magistério, elevação da autoestima, melhoria na qualidade do ensino; piso salarial nacional de professores.
Questões para discussão	Conhece a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que define o piso salarial nacional do professor? Qual a importância desse piso? Qual a carga horária dos professores para desempenho de atividades em sala de aula, que a lei estabelece? Houve discussão, no município, sobre o piso? O piso salarial está implantado no município? A carga horária fora de sala de aula contempla o estabelecido na lei do piso salarial?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm

1.2 - Gestão de pessoas

1.2.9 - Existência de professores para o exercício da função docente no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ao ensino regular

(1) Quando não existe professor em exercício da função docente no atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas com matrícula de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular. Ou quando o município não apresenta matrícula de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular, resultante da não implementação da política de inclusão escolar pela secretaria municipal de educação.

(2) Quando existe professor em exercício da função docente no atendimento educacional especializado (AEE) em menos de 50% das escolas com matrícula de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular, que acontece de forma acidental e não resultante de uma política de inclusão escolar implementada pela secretaria municipal de educação.

(3) Quando existe professor em exercício da função docente no atendimento educacional especializado (AEE) em 50% ou mais das escolas com matrícula de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular, em todas as etapas e modalidades, resultante da política de inclusão escolar implementada pela secretaria municipal de educação.

(4) Quando existe professor em exercício da função docente no atendimento educacional especializado (AEE) em todas as escolas com matrícula de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular, em todas as etapas e modalidades, resultante da política de inclusão escolar implementada pela secretaria municipal de educação.

Conceitos envolvidos	Atendimento educacional especializado (AEE); educação inclusiva; sala de recursos multifuncionais; sistema de ensino.
Questões para discussão	O que é e qual a importância do AEE? Quais as diretrizes e ações para implementar o AEE nas escolas? Quais os fundamentos para os professores na reorientação de suas práticas no AEE? Quais os critérios necessários para a seleção do professor do AEE? Como é a dinâmica de atendimento para o AEE? Existem profissionais habilitados, no município, em número suficiente, para o exercício da função docente no AEE?

1.3 - Conhecimento e utilização de informação

1.3.1 - Existência de um sistema informatizado de gestão escolar que integre a rede municipal de ensino

(1) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de um sistema de gestão escolar informatizado, mas não está em rede e menos de 10% das escolas municipais o utilizam. Ou quando a secretaria municipal de educação não dispõe de um sistema informatizado de gestão escolar para integrar a rede municipal de ensino.

(2) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de um sistema de gestão escolar informatizado, mas não está em rede e menos de 50% das escolas municipais o utilizam, não é compatível com sistemas do MEC; e não é utilizado para gestão pedagógica, administrativa e financeira das escolas e da secretaria de educação.

(3) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de um sistema de gestão escolar informatizado, porém não em rede, mas disponível para todas ou mais de 50% das escolas municipais, é compatível com sistemas do MEC; e é parcialmente utilizado para gestão pedagógica, administrativa e financeira das escolas e da secretaria de educação.

(4) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de um sistema de gestão escolar informatizado e em rede. O sistema está disponível para todas as escolas municipais, é compatível com sistemas do MEC; e é utilizado como instrumento para gestão pedagógica, administrativa e financeira das escolas e da secretaria de educação.

Conceitos envolvidos	Gestão escolar e tecnologias da informação; rede municipal de ensino; controle, planejamento.
Questões para discussão	O município possui sistema informatizado de gestão escolar de ensino implementado? Para que serve um sistema informatizado? Quais as vantagens para o município em integrar a sua rede? Que tipo de dados podem ser gerenciados pelo sistema? O que é necessário para criar um sistema informatizado (informações, equipe e investimentos)? O município pode acompanhar toda a rede pelo sistema? O sistema pode auxiliar o município no momento de enviar informações para o Educacenso?

1.3 - Conhecimento e utilização de informação

1.3.2 - Conhecimento da situação das escolas da rede

(1) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de ferramentas ou instrumentos eficazes para conhecimento da situação administrativa, de pessoal e de infraestrutura das escolas da rede e da própria secretaria; porém sua utilização é esporádica e contempla menos de 10% das escolas da rede. Ou quando a secretaria municipal de educação não dispõe e não utiliza uma ferramenta ou instrumento para conhecimento da situação administrativa, de pessoal e de infraestrutura das escolas da rede.

(2) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de ferramentas ou instrumentos eficazes para conhecimento da situação administrativa, de pessoal e de infraestrutura das escolas da rede e da própria secretaria; porém sua utilização é esporádica e contempla menos de 50% das escolas da rede. Os resultados de sua aplicação não são considerados nas ações de gestão.

(3) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de ferramentas ou instrumentos eficazes para conhecimento da situação administrativa, de pessoal e de infraestrutura das escolas da rede e da própria secretaria; sua utilização é regular e contempla 50% ou mais das escolas da rede. Os resultados de sua aplicação implicam, em parte, ações de gestão visando à melhoria da qualidade de ensino e das condições gerais da secretaria e das escolas.

(4) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de ferramentas ou instrumentos eficazes para conhecimento da situação administrativa, de pessoal e de infraestrutura em todas as escolas da rede e na própria secretaria. Os resultados de sua aplicação implicam ações de gestão, visando à melhoria da qualidade de ensino e das condições gerais da secretaria e das escolas.

Conceitos envolvidos	Gestão, acompanhamento, diagnóstico, avaliação.
Questões para discussão	Há alguma metodologia específica utilizada para o levantamento de dados referente à situação escolar? Quais as dificuldades na produção desse levantamento? Existe uma interrelação entre esse levantamento e o produzido por secretarias de outras áreas (Infraestrutura, Saúde, Assistência Social)? Por meio de um sistema, é possível planejar melhor o atendimento à demanda por vagas nas escolas? O sistema permite acompanhar o desempenho dos alunos e controlar compras? O sistema permite registrar a situação de reconhecimento legal das escolas?

1.3 - Conhecimento e utilização de informação

1.3.3 - Conhecimento e utilização dos dados de analfabetismo e escolaridade de jovens e adultos

(1) Quando a equipe do município não conhece os dados sobre analfabetismo local: taxa de analfabetismo absoluto e funcional; perfil etário, distribuição espacial - rural/ urbano - das pessoas em situação de analfabetismo e dados sobre a escolaridade de jovens, adultos e idosos. Não existem ações na área de alfabetização de jovens e adultos, ou o gestor não conhece as ações que são desenvolvidas em sua localidade.

(2) Quando a equipe do município não conhece os dados sobre analfabetismo local: taxa de analfabetismo absoluto e funcional; perfil etário, distribuição espacial - rural/ urbano - das pessoas em situação de analfabetismo e dados sobre a escolaridade de jovens, adultos e idosos. Porém existem ações pontuais na área de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e educação de jovens e adultos (EJA).

(3) Quando a equipe do município conhece os dados sobre analfabetismo local: taxa de analfabetismo absoluto e funcional; perfil etário, distribuição espacial - rural/ urbano - das pessoas em situação de analfabetismo e dados sobre a escolaridade de jovens, adultos e idosos. Porém não utiliza esses dados em suas ações na área de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e educação de jovens e adultos (EJA).

(4) Quando a equipe do município conhece os dados sobre o analfabetismo local: taxa de analfabetismo absoluto e funcional; perfil etário, distribuição espacial - rural/ urbano - das pessoas em situação de analfabetismo e dados sobre a escolaridade de jovens, adultos e idosos. Utiliza os dados em suas ações, com destaque para a mobilização na área de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e educação de jovens e adultos (EJA).

Conceitos envolvidos	Analfabetismo; AJA e EJA; indicadores; Educacenso.
Questões para discussão	Qual a real situação dos dados de analfabetismo do município? Há dados que indiquem quais as principais causas do analfabetismo no município? O município pode criar indicadores a partir dos dados verificados? Há um sistema informatizado que permita acompanhar os indicadores de EJA e analfabetismo do município? Quais as políticas municipais para erradicar o analfabetismo? O programa Brasil Alfabetizado é implementado na rede municipal de ensino? Podemos planejar metas de desempenho para os alunos?

1.3 - Conhecimento e utilização de informação

1.3.4 - Acompanhamento e registro da frequência dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família (PBF)

(1) Quando é informada a frequência de menos de 50% do total dos beneficiários do Programa Bolsa Família com identificação da situação escolar por dois períodos de coleta, consecutivos ou não, referentes aos últimos cinco períodos bimestrais de coleta. Ou quando se repete a mesma informação do cumprimento da frequência escolar mensal mínima estabelecida pelas regras do Programa Bolsa Família a todos os alunos beneficiários nos últimos cinco períodos bimestrais de coleta.

(2) Quando o acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família não está estruturado na secretaria de educação, e não existem procedimentos de interação entre a escola, a família e a rede de proteção social do município nos casos de descumprimento da frequência escolar mensal mínima estabelecida pelas regras do Programa Bolsa Família (PBF), utilizando-se como referência a tabela dos motivos de baixa frequência do Sistema MEC de acompanhamento da condicionalidade em Educação do PBF. Ou, em cada período bimestral de coleta, é informada a frequência entre 50% e 80% dos beneficiários com identificação da situação escolar.

(3) Quando o acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família está estruturado parcialmente na secretaria de educação; existem procedimentos esporádicos de interação entre a escola, a família e a rede de proteção social do município nos casos de descumprimento da frequência escolar mensal mínima estabelecida pelas regras do Programa Bolsa Família (PBF), utilizando-se como referência a tabela dos motivos de baixa frequência do Sistema MEC de acompanhamento da condicionalidade em Educação do PBF. Além disso, em cada período bimestral de coleta, é informada a frequência de mais de 80% dos beneficiários com identificação da situação escolar.

(4) Quando o acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família está bem estruturado na secretaria de educação, e existem procedimentos regulares de interação entre a escola, a família e a rede de proteção social do município nos casos de descumprimento da frequência escolar mensal mínima estabelecida pelas regras do Programa Bolsa Família (PBF), utilizando-se como referência a tabela dos motivos de baixa frequência do Sistema MEC de acompanhamento da condicionalidade em Educação do PBF. Além disso, em cada período bimestral de coleta é informada a frequência de mais de 80% dos beneficiários com identificação da situação escolar.

Conceitos envolvidos	Acompanhamento; inclusão social; Bolsa Família.
Questões para discussão	Como se dá o acompanhamento e registro da frequência dos alunos beneficiados pelo PBF? Existe uma articulação entre a escola e a SME para acompanhar o registro da frequência dos alunos? As famílias são constantemente acompanhadas pela SME? Existe um documento orientador direcionado às escolas sobre o acompanhamento, a partir de discussão com a família sobre seu compromisso para com a frequência do seu filho na escola?

1.3 - Conhecimento e utilização de informação

1.3.5 - Existência de monitoramento do acesso e permanência de pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola

(0) Não se aplica. Não há pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) matriculadas nas escolas da rede municipal de ensino.

(1) Quando o município não realiza o acompanhamento do acesso e permanência, na escola, das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e não implementa ações de identificação e eliminação de barreiras físicas, de comunicação, de informação e de transporte que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

(2) Quando o município realiza o acompanhamento do acesso e permanência, na escola, das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), porém não articula ações intersetoriais de identificação e eliminação de barreiras físicas, de comunicação, de informação e de transporte que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência, não utilizando as informações desse acompanhamento.

(3) Quando o município realiza o acompanhamento do acesso e permanência, na escola, das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), promovendo ações parciais de identificação e eliminação de barreiras físicas, de comunicação, de informação e de transporte que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência, sem utilizar plenamente as informações desse acompanhamento.

(4) Quando o município realiza o acompanhamento do acesso e permanência, na escola, das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), utilizando as informações desse acompanhamento para o desenvolvimento de ações intersetoriais de identificação e eliminação de barreiras físicas, de comunicação, de informação e de transporte que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

Conceitos envolvidos	Acompanhamento, registro; inclusão social; acesso e permanência; pessoa com deficiência; BPC.
Questões para discussão	O município monitora a matrícula de beneficiários do BPC? O município acompanha o desempenho desses alunos? De que forma isso é feito ou poderá ser feito? Por que é importante acompanhar esses estudantes? Existe algum projeto educacional específico para esse segmento? É possível, a partir desse sistema, cruzar os dados com a área de assistência social e formular ações interinstitucionais para esses estudantes? Existem ações que visem à permanência desses alunos nas escolas? Quais são as ações? Quais os responsáveis por sua implementação? Existe alguma ação voltada para a família desses estudantes? A atuação da família é monitorada e acompanhada?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12291%3Aprograma-de-acompanhamento-e-monitoramento-do-acesso-dos-beneficiarios-do-beneficio-de-prestacao-continuada-da-assistencia-social-bpc-na-escola&catid=262%3Aprograma-de-acompanhament&Itemid=709

1.3 - Conhecimento e utilização de informação

1.3.6 - Formas de registro da frequência

- (1) Quando não existem mecanismos claros e definidos para o registro da frequência dos alunos; ou quando eles não são cumpridos (professor preenche o diário somente no final do bimestre).
- (2) Quando o registro da frequência dos alunos é realizado de forma esporádica e, embora existam mecanismos claros e definidos, raramente são cumpridos; a escola não comunica às instâncias pertinentes quando não consegue trazer o aluno de volta à frequência regular.
- (3) Quando existem mecanismos claros e definidos para o registro diário da frequência dos alunos. A escola eventualmente entra em contato com os pais para saber o motivo da ausência. Eventualmente a escola comunica às instâncias pertinentes quando não consegue trazer o aluno de volta à frequência regular.
- (4) Quando existem mecanismos claros e definidos para o registro diário da frequência dos alunos. A escola entra em contato com os pais para saber o motivo da ausência por mais de três dias consecutivos; a escola comunica às instâncias pertinentes quando não consegue trazer o aluno de volta à frequência regular.

Conceitos envolvidos	Organização escolar, frequência, controle.
Questões para discussão	Existem, na SME, mecanismos diferenciados de acompanhamento da frequência? São realizadas análises desses dados na avaliação de desempenho dos estudantes? Como podemos registrar a frequência dos estudantes? Há sistema informatizado para inserção dos dados de frequência nas escolas da rede? Com que periodicidade o sistema deve ser atualizado? Quem deve atualizá-lo?

1.4 - Gestão de finanças

1.4.1 - Existência de equipe gestora capacitada para o gerenciamento dos recursos para a Educação e utilização do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope)

(1) Quando não existe, na prefeitura municipal, uma equipe para gerir os recursos para a Educação (PDDE, Pnae, Pnate, convênios, Salário Educação, Fundeb, Recursos de Impostos e Transferências para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino). Essa equipe presta informações referentes ao orçamento de Educação do município, por meio do Siope, e presta contas dos demais programas, mas não consegue cumprir os prazos estabelecidos pelos Tribunais de Contas e pelo FNDE para transmissão dos dados. O município não utiliza os dados informados no Siope para subsidiar a definição e a implementação de políticas de financiamento na Educação. A equipe não divulga os investimentos feitos efetivamente na área educacional.

(2) Quando existe, na prefeitura municipal, uma equipe para gerir os recursos para a Educação (PDDE, Pnae, Pnate, convênios, Salário Educação, Fundeb, Recursos de Impostos e Transferências para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino). Essa equipe presta informações referentes ao orçamento da Educação do município, por meio do Siope, e presta contas dos demais programas, mas, ocasionalmente, não consegue cumprir os prazos estabelecidos pelos Tribunais de Contas e pelo FNDE. A equipe gestora dos recursos educacionais utiliza parcialmente os dados informados no Siope para subsidiar a definição e a implementação de políticas de financiamento orientadas para a promoção da inclusão educacional, da igualdade de oportunidades, da equidade, da efetividade e da qualidade do ensino público. A equipe divulga, ocasionalmente, os investimentos feitos efetivamente na área educacional.

(3) Quando existe, na prefeitura municipal, uma equipe capacitada para gerir os recursos para a Educação (PDDE, Pnae, Pnate, convênios, Salário Educação, Fundeb, Recursos de Impostos e Transferências para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino). Essa equipe presta informações referentes ao orçamento da Educação do município, por meio do Siope, e presta contas dos demais programas, dentro dos prazos estabelecidos pelos Tribunais de Contas e pelo FNDE. A equipe gestora dos recursos educacionais utiliza parcialmente os dados informados no Siope para subsidiar a definição e a implementação de políticas de financiamento orientadas para a promoção da inclusão educacional, da igualdade de oportunidades, da equidade, da efetividade e da qualidade do ensino público. A equipe divulga os investimentos feitos efetivamente para assegurar maior transparência da gestão educacional.

(4) Quando existe, na prefeitura municipal, uma equipe capacitada para gerir os recursos para a Educação (PDDE, Pnae, Pnate, convênios, Salário Educação, Fundeb, Recursos de Impostos e Transferências para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino). Essa equipe presta informações referentes ao orçamento da Educação do município, por meio do Siope, e presta contas dos demais programas, dentro dos prazos estabelecidos pelos Tribunais de Contas e pelo FNDE. A equipe gestora dos recursos educacionais utiliza sistematicamente os dados informados no Siope para subsidiar a definição e a implementação de políticas de financiamento orientadas para a promoção da inclusão educacional, da igualdade de oportunidades, da equidade, da efetividade e da qualidade do ensino público. A equipe divulga os investimentos feitos efetivamente para assegurar maior transparência da gestão educacional.

Conceitos envolvidos	Gestão de recursos públicos; planejamento participativo; gerenciamento de programas e projetos; Siope; controle social; divulgação de investimentos e transparência.
Questões para discussão	A equipe gestora está devidamente capacitada para gerenciar os recursos destinados à Educação? O que é o Siope e qual a sua importância para a gestão financeira da Educação? Existe equipe qualificada para a utilização do Siope? Qual a importância do gestor escolar dispor de informações sobre o uso dos recursos da Educação no seu município?

Fonte(s) para pesquisa:

■ <http://www.fnde.gov.br/index.php/sistemas-siope>

1.4 - Gestão de finanças

1.4.2 - Cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação dos recursos da Educação

(1) Quando não existem mecanismos definidos para a fiscalização e controle, tanto interno quanto externo e social, do cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação de recursos da Educação.

(2) Quando os mecanismos existentes para a fiscalização e controle, tanto interno quanto externo e social, do cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação de recursos da Educação não estão devidamente implementados e não permitem a análise e a divulgação do demonstrativo de investimentos às unidades escolares e não há outras formas de publicização.

(3) Quando existe, em parte, a implementação de mecanismos de fiscalização e controle, tanto interno quanto externo e social, que assegurem o cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação de recursos da Educação, por meio da análise e divulgação do demonstrativo de investimentos em mais de 50% das unidades escolares e contempla outras formas de publicização.

(4) Quando existe a implementação de mecanismos de fiscalização e controle, tanto interno quanto externo e social, que assegurem o rigoroso cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação de recursos da Educação, por meio da análise e divulgação periódica do demonstrativo de investimentos a todas as unidades escolares ou por outras formas de publicização.

Conceitos envolvidos	Dispositivo constitucional e orçamento da Educação; orçamento; controle.
Questões para discussão	A equipe gestora possui conhecimento sobre dispositivos legais voltados para a Educação? A SME é ordenadora de despesas dos recursos da Educação no município? O município implementa o dispositivo constitucional de vinculação dos recursos da Educação? Quais as principais dificuldades para a implementação? Existe uma ampla divulgação dos recursos aplicados na Educação do município? Existem formas de controle dessa implementação?

1.4 - Gestão de finanças

1.4.3 - Aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

(1) Quando a aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do Fundeb não acontece integralmente conforme os princípios legais; a aplicação dos recursos acontece de forma aleatória e sem planejamento prévio. Não existe um conselho responsável pelo controle social.

(2) Quando a aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do Fundeb acontece de acordo com os princípios legais, mas as áreas prioritárias não são definidas a partir de um diagnóstico situacional. Não existe um conselho responsável pelo controle social.

(3) Quando a aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do Fundeb acontece de acordo com os princípios legais; as áreas prioritárias, eventualmente, provêm de um diagnóstico situacional. O controle social é exercido parcialmente pelo conselho responsável.

(4) Quando a aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do Fundeb acontece de acordo com os princípios legais; as áreas prioritárias são definidas a partir de um diagnóstico situacional e descritas no Plano Municipal de Educação. O controle social é exercido pelo conselho responsável.

Conceitos envolvidos	Fundef, Fundeb e financiamento da Educação. Embasamento legal: Constituição Federal de 1988 consolidada (art. 23,30,212; art 60 do ADCT), LDB (art. 68 a 77); LRF (101/2000); Fundeb (Lei 11.494/07), Manual do Siope.
Questões para discussão	O que é o Fundeb? Como é feita a aplicação do recursos do Fundeb no município? Há alguma política de acompanhamento e controle social quanto à distribuição, à transferência e à aplicação dos recursos do Fundeb? Quais os benefícios da substituição do Fundef pelo Fundeb para o município?

1.5 - Comunicação e interação com a sociedade

1.5.1 - Divulgação e análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC

(1) Quando a secretaria municipal de educação e as escolas não divulgam, analisam ou discutem os resultados das avaliações oficiais do MEC.

(2) Quando a secretaria municipal de educação e as escolas divulgam, em parte, os resultados das avaliações oficiais do MEC, mas os resultados não são analisados e discutidos pela comunidade escolar.

(3) Quando a secretaria municipal de educação e as escolas divulgam, em parte, os resultados das avaliações oficiais do MEC; apenas parte desses resultados é analisada e discutida com a comunidade escolar (o conselho escolar raramente participa dessa discussão), gerando, eventualmente, estratégias para melhoria da educação local.

(4) Quando a secretaria municipal de educação e as escolas divulgam os resultados das avaliações oficiais do MEC; os resultados são analisados e discutidos com a comunidade escolar (incluindo o conselho escolar); a partir da análise são geradas estratégias para melhoria da educação local.

Conceitos envolvidos	Prova Brasil; Provinha Brasil; avaliação; avaliação diagnóstica; desempenho.
Questões para discussão	O que são a Prova Brasil e a Provinha Brasil? O município divulga os resultados das avaliações oficiais do MEC? Por quais meios divulga? Os pais são informados sobre esses resultados? A sociedade colabora com a análise do desempenho da educação local? O município estimula essa discussão? De que forma esses dados são utilizados para o planejamento de novas metas?

1.5 - Comunicação e interação com a sociedade

1.5.2 - Existência de parcerias externas para realização de atividades complementares que visem à formação integral dos alunos

(1) Quando não existem acordos com parceiros externos (ONGs, institutos, fundações etc) para o desenvolvimento de atividades complementares, nem planejamento da secretaria municipal de educação para fazer parcerias.

(2) Quando existem acordos, por parte de algumas escolas e/ou da secretaria municipal de educação, com parceiros externos (ONGs, institutos, fundações etc) para o desenvolvimento de atividades complementares, que visem à formação integral dos alunos. Não há iniciativa da secretaria e das demais escolas para ampliar o atendimento.

(3) Quando existem, por parte de algumas escolas, acordos com parceiros externos (ONGs, institutos, fundações etc) para o desenvolvimento de atividades complementares às realizadas nas escolas que visem à formação integral dos alunos. Esses acordos são de conhecimento da secretaria municipal de educação, que apoia e busca formas de expandir o atendimento às demais escolas da rede.

(4) Quando existem, por parte da secretaria municipal de educação e de todas as escolas, acordos com parceiros externos (ONGs, institutos, fundações etc) para o desenvolvimento de atividades complementares às realizadas nas escolas, visando à formação integral dos alunos.

Conceitos envolvidos	Atividade complementar; formação integral; participação e articulação política.
Questões para discussão	O município desenvolve atividades complementares? Em que espaços? Elas são realizadas em parceria com empresas privadas e/ou outras instituições? Como o município estimula o interesse e a participação de parceiros? As atividades complementares estão previstas no PP das escolas?

1.5 - Comunicação e interação com a sociedade

1.5.3 - Relação com a comunidade/ promoção de atividades e utilização da escola como espaço comunitário

(1) Quando as escolas não são utilizadas pela comunidade em nenhuma situação; as escolas não procuram estimular a participação da comunidade, exceto nas festas promovidas pelas próprias escolas. A secretaria municipal de educação não despense nenhum esforço para mudar a situação.

(2) Quando o espaço escolar é utilizado pela comunidade em situações excepcionais, como nos casos em que os outros espaços comumente utilizados estão indisponíveis. A secretaria municipal de educação não tem nenhuma ação planejada para mudar a situação.

(3) Quando as escolas raramente são utilizadas pela comunidade em atividades esportivas, culturais e/ou para discussão de questões de interesse da comunidade; a comunidade não é estimulada a participar e ocupar o espaço escolar para desenvolver atividades de integração. A secretaria municipal de educação esporadicamente apoia ou estimula essa forma de integração.

(4) Quando as escolas da rede são utilizadas pela comunidade em atividades esportivas, culturais e/ou para discussão de questões de interesse da comunidade; a comunidade é estimulada a participar e ocupar o espaço escolar para desenvolver atividades de integração. A secretaria municipal de educação estimula e apoia a utilização do espaço escolar pela comunidade.

Conceitos envolvidos	Educação popular, espaço escolar, coletividade, comunidade; relação entre público e comunitário como espaço de convivência.
Questões para discussão	Como o município estimula a relação da escola com a comunidade? A comunidade é envolvida nas atividades das escolas? O espaço escolar é disponibilizado para o uso da comunidade? Existem parcerias entre a escola e a comunidade para a execução de projetos que colaborem para o bom desempenho escolar? Existem projetos desenvolvidos nas escolas que colaborem para a qualificação do trabalho de integrantes da comunidade e melhoria da renda familiar?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/proposta_pedagogica.pdf

Dimensão 2: Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar

Questões iniciais para discussão	O que é formação? O que é formação inicial? O que é formação continuada? Qual a importância da formação para o indivíduo e para a comunidade onde atua? Qual é a formação necessária para os professores nas diversas etapas da educação básica? Qual é a formação dos professores da rede municipal? Nossos professores são educadores? Que tipo de formação precisamos oferecer aos nossos professores? E aos demais profissionais da rede de ensino? A formação que oferecemos tem foco no indivíduo (professor) ou no processo de ensino e de aprendizagem?
---	---

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12616&Itemid=842

■ <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/jornal.html>

Áreas – Dimensão 2

2.1 - Formação inicial de professores da educação básica

2.2 - Formação continuada de professores da educação básica

2.3 - Formação de professores da educação básica para atuação em educação especial/ atendimento educacional especializado, escolas do campo, em comunidades quilombolas ou escolas indígenas

2.4 - Formação de professores da educação básica para cumprimento das Leis 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08

2.5 - Formação de profissionais da Educação e outros representantes da comunidade escolar

2.1 - Formação inicial de professores da educação básica

2.1.1 - Habilitação dos professores que atuam nas creches

(0) Não se aplica. O município não possui alunos matriculados em creches municipais ou conveniadas com o Poder Público.

(1) Quando menos de 10% ou nenhum dos professores que atuam nas creches possuem habilitação adequada, de acordo com os artigos 61 a 63 da Lei 9.394/1996 (LDB) e com a Lei 12.014/2009; não há, pelo menos, um professor por turma existente.

(2) Quando menos de 50% dos professores que atuam nas creches possuem habilitação adequada, de acordo com os artigos 61 a 63 da Lei 9.394/1996 (LDB) e com a Lei 12.014/2009; há, pelo menos, um professor por turma existente.

(3) Quando 50% ou mais dos professores que atuam nas creches possuem habilitação adequada, de acordo com os artigos 61 a 63 da Lei 9.394/1996 (LDB) e com a Lei 12.014/2009; há, pelo menos, um professor por turma existente.

(4) Quando todos os professores que atuam nas creches possuem habilitação adequada, de acordo com os artigos 61 a 63 da Lei 9.394/1996 (LDB) e com a Lei 12.014/2009; há, pelo menos, um professor por turma existente.

Conceitos envolvidos	Concepção de educação infantil; creche; criança; infância; práticas de educação e cuidado; formação inicial; qualidade na Educação, professores capacitados, formação básica exigida.
Questões para discussão	Quantas creches há no município: públicas da Educação, públicas sob a responsabilidade de outras secretarias e conveniadas? Há, pelo menos, um professor por turma existente nas creches públicas e conveniadas? De que forma é feita a seleção dos profissionais que atuam nas creches públicas? Os professores possuem formação inicial/ habilitação adequada para atuar nas creches? Como o município acompanha a seleção de professores e o desenvolvimento das atividades pedagógicas nas creches conveniadas? Quais as principais dificuldades que os professores encontram ao atuar nas creches?

2.1 - Formação inicial de professores da educação básica

2.1.2 - Habilitação dos professores que atuam na pré-escola

(0) Não se aplica. O município não possui alunos matriculados em pré-escolas municipais ou conveniadas com o Poder Público.

(1) Quando menos de 10% ou nenhum dos professores que atuam na pré-escola possuem habilitação adequada, de acordo com os artigos 61 a 63 da Lei 9.394/1996 (LDB) e com a Lei 12.014/2009; não há, pelo menos, um professor por turma existente.

(2) Quando menos de 50% dos professores que atuam na pré-escola possuem habilitação adequada, de acordo com os artigos 61 a 63 da Lei 9.394/1996 (LDB) e com a Lei 12.014/2009; há, pelo menos, um professor por turma existente.

(3) Quando 50% ou mais dos professores que atuam na pré-escola possuem habilitação adequada, de acordo com os artigos 61 a 63 da Lei 9.394/1996 (LDB) e com a Lei 12.014/2009; há, pelo menos, um professor por turma existente.

(4) Quando todos os professores que atuam na pré-escola possuem habilitação adequada, de acordo com os artigos 61 a 63 da Lei 9.394/1996 (LDB) e com a Lei 12.014/2009; há, pelo menos, um professor por turma existente.

Conceitos envolvidos	Concepção de educação infantil; pré-escola; criança; infância; práticas de educação e cuidado; formação inicial; qualidade na Educação, professores capacitados, formação básica exigida.
Questões para discussão	Quantas pré-escolas há no município: públicas da Educação, públicas sob a responsabilidade de outras secretarias e conveniadas? Há, pelo menos, um professor por turma existente nas pré-escolas públicas e conveniadas? De que forma é feita a seleção dos profissionais que atuam nas pré-escolas públicas? Os professores possuem formação inicial/ habilitação adequada para atuar nas pré-escolas? Como o município acompanha a seleção de professores e o desenvolvimento das atividades pedagógicas nas pré-escolas conveniadas? Quais as principais dificuldades que os professores encontram ao atuar nas pré-escolas?

2.1 - Formação inicial de professores da educação básica

2.1.3 - Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, incluindo professores da educação de jovens e adultos (EJA)

(0) Não se aplica. O município não possui alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, nem em turmas de educação de jovens e adultos (EJA) para essa etapa de ensino.

(1) Quando menos de 10% ou nenhum dos professores da rede que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental possuem formação superior em curso de licenciatura em Pedagogia/ Normal Superior, de acordo com as Leis 9.394/1996 (LDB) e 12.014/2009.

(2) Quando menos de 50% dos professores da rede que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental possuem formação superior em curso de licenciatura em Pedagogia/ Normal Superior, de acordo com as Leis 9.394/1996 (LDB) e 12.014/2009.

(3) Quando 50% ou mais dos professores da rede que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental possuem formação superior em curso de licenciatura em Pedagogia/ Normal Superior, de acordo com as Leis 9.394/1996 (LDB) e 12.014/2009.

(4) Quando todos os professores da rede que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental possuem formação superior em curso de licenciatura em Pedagogia/ Normal Superior, de acordo com as Leis 9.394/1996 (LDB) e 12.014/2009.

Conceitos envolvidos	Ensino fundamental; educação de jovens e adultos; formação inicial.
Questões para discussão	Qual é a formação dos professores dos anos iniciais de ensino fundamental regular da rede? E da EJA? Qual é a formação necessária para os professores da rede? O quadro de professores atende às necessidades das escolas? Atualmente é exigida a formação mínima para contratação de professores (concursados ou temporários)? Existe um planejamento que contemple a formação inicial e continuada de qualidade para os professores das séries iniciais? Qual a carga horária que será destinada para que os professores sem habilitação adequada possam realizar essa formação? São utilizadas práticas pedagógicas diferenciadas nessa etapa de ensino? Analisando os dados dos últimos anos, pode ser estabelecida alguma relação entre a formação dos professores das escolas e os resultados do Ideb?

2.1 - Formação inicial de professores da educação básica

2.1.4 - Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental, incluindo professores da educação de jovens e adultos (EJA)

(0) Não se aplica. O município não possui alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental, nem em turmas educação de jovens e adultos (EJA) para essa etapa de ensino.

(1) Quando menos de 10% ou nenhum dos professores dos anos/séries finais do ensino fundamental da rede possuem licenciatura para atuar no ensino da sua especialidade, de acordo com a Lei 9.394/1996 (LDB). Ou quando os professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental da rede não possuem formação superior.

(2) Quando menos de 50% dos professores dos anos/séries finais do ensino fundamental da rede possuem licenciatura para atuar no ensino da sua especialidade, de acordo com a Lei 9.394/1996 (LDB).

(3) Quando 50% ou mais dos professores dos anos/séries finais do ensino fundamental da rede possuem licenciatura para atuar no ensino da sua especialidade, de acordo com a Lei 9.394/1996 (LDB).

(4) Quando todos os professores dos anos/séries finais do ensino fundamental da rede possuem licenciatura para atuar no ensino da sua especialidade, de acordo com a Lei 9.394/1996 (LDB).

Conceitos envolvidos	Ensino fundamental; educação de jovens e adultos; formação inicial.
Questões para discussão	Qual é a formação dos professores dos anos finais de ensino fundamental regular da rede? E da EJA? Qual é a formação necessária para os professores da rede, considerando formação com habilitação e área de atuação? O quadro de professores atende às necessidades das escolas? Atualmente é exigida a habilitação na área de atuação para contratação de professores (concursados ou temporários)? Existe um planejamento que contemple a formação inicial e continuada de qualidade para os professores das séries finais? Qual a carga horária que será destinada para que os professores sem habilitação adequada possam realizar essa formação? São utilizadas práticas pedagógicas diferenciadas nessa etapa de ensino? Analisando os dados dos últimos anos, pode ser estabelecida alguma relação entre a formação dos professores das escolas e os resultados do Ideb?

2.2 - Formação continuada de professores da educação básica

2.2.1 - Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores que atuam na educação infantil

(0) Não se aplica. O município não possui alunos matriculados em escolas de educação infantil municipais ou conveniadas com o Poder Público.

(1) Quando não existem políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam na educação infantil (creches e pré-escolas).

(2) Quando existem políticas sem implementação, ou com implementação acidental, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam na educação infantil (creches e pré-escolas).

(3) Quando existem políticas em fase de implementação, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam na educação infantil (creches e pré-escolas).

(4) Quando existem políticas implementadas, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam na educação infantil (creches e pré-escolas).

Conceitos envolvidos	Concepção de educação infantil; creche; pré-escola; criança; infância; práticas de educação e cuidado; formação continuada.
Questões para discussão	O município oferece formação continuada aos professores que atuam na educação infantil? Como o município acompanha a seleção de professores, a formação continuada desses profissionais e o desenvolvimento das atividades pedagógicas nas escolas de educação infantil conveniadas? Os professores receberam alguma formação para o aperfeiçoamento de seu trabalho nos termos da educação infantil?

2.2 - Formação continuada de professores da educação básica

2.2.2 - Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores, que visem à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita, da Matemática e dos demais componentes curriculares, nos anos/séries iniciais do ensino fundamental incluindo professores da educação de jovens e adultos (EJA)

(0) Não se aplica. O município não possui alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, nem em turmas de educação de jovens e adultos (EJA) para essa etapa de ensino.

(1) Quando não existem políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), visando à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita, da Matemática e dos demais componentes curriculares.

(2) Quando existem políticas sem implementação, ou com implementação acidental, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), elas não visam integralmente à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita, da Matemática e dos demais componentes curriculares.

(3) Quando existem políticas em fase de implementação, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), visando à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita, da Matemática e dos demais componentes curriculares.

(4) Quando existem políticas implementadas, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), visando à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita, da Matemática e dos demais componentes curriculares.

Conceitos envolvidos	Formação continuada; ensino fundamental; EJA; melhoria da aprendizagem; qualidade de ensino; leitura; escrita; currículo.
Questões para discussão	Há plano de formação continuada para professores dos anos iniciais do EF? Esse plano contempla a necessidade de cada unidade escolar da rede de ensino? Se sim, como se dá o levantamento das necessidades de cada escola? Nos últimos meses, os professores receberam alguma formação sobre temas voltados para a prática pedagógica para crianças e jovens e adultos dos anos/séries iniciais do EF (qualidade de ensino e de aprendizagem, avaliação diagnóstica, avaliação, competências, currículo, por exemplo)? Os professores receberam formação para a melhoria da aprendizagem dos diversos componentes da matriz curricular?

2.2 - Formação continuada de professores da educação básica

2.2.3 - Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores, que visem à melhoria da qualidade de aprendizagem de todos os componentes curriculares, nos anos/séries finais do ensino fundamental, incluindo professores da educação de jovens e adultos (EJA)

(0) Não se aplica. O município não possui alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental, nem em turmas educação de jovens e adultos (EJA) para essa etapa de ensino.

(1) Quando não existem políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), visando à melhoria da qualidade de aprendizagem de todos os componentes curriculares.

(2) Quando existem políticas sem implementação, ou com implementação acidental, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), mas elas não visam integralmente à melhoria da qualidade de aprendizagem de todos os componentes curriculares.

(3) Quando existem políticas em fase de implementação, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), visando à melhoria da qualidade de aprendizagem de todos os componentes curriculares.

(4) Quando existem políticas implementadas, com adesão da maioria dos docentes, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), visando à melhoria da qualidade de aprendizagem de todos os componentes curriculares.

Conceitos envolvidos	Formação continuada; ensino fundamental; EJA; melhoria da aprendizagem; qualidade de ensino; leitura; escrita; currículo.
Questões para discussão	Há plano de formação continuada para professores dos anos finais do EF? Esse plano contempla a necessidade de cada unidade escolar da rede de ensino? Se sim, como se dá o levantamento das necessidades de cada escola? Nos últimos meses, os professores receberam alguma formação sobre temas voltados para a prática pedagógica para adolescentes e jovens e adultos dos anos/séries finais do EF (qualidade de ensino e de aprendizagem, avaliação diagnóstica, avaliação, competências, currículo, por exemplo)? Os professores receberam formação para a melhoria da aprendizagem dos diversos componentes da matriz curricular?

2.2 - Formação continuada de professores da educação básica

2.2.4 - Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores, que visem ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum, em todas as etapas e modalidades

(1) Quando não existem políticas voltadas à formação continuada dos professores da educação básica para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum.

(2) Quando existem políticas voltadas à formação continuada dos professores da educação básica para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum, mas elas não atendem a todas as etapas e modalidades.

(3) Quando existem políticas em fase de implementação, voltadas à formação continuada dos professores que atuam na educação básica, visando ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum, em todas as etapas e modalidades.

(4) Quando existem políticas implementadas, voltadas à formação continuada dos professores que atuam na educação básica, visando ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum, em todas as etapas e modalidades.

Conceitos envolvidos	Formação continuada; práticas educacionais inclusivas; educação inclusiva.
Questões para discussão	O município possui alunos com necessidades especiais matriculados no ensino regular? Como os professores foram preparados para receber esses estudantes? Os professores receberam alguma formação sobre políticas de inclusão? Os professores receberam alguma formação sobre metodologias de ensino inclusivas? Há um plano de formação para professores que atuam na educação básica, visando ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum, em todas as etapas e modalidades?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12507&Itemid=826

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12625&Itemid=860

2.3 - Formação de professores da educação básica para atuação em educação especial/ atendimento educacional especializado, escolas do campo, em comunidades quilombolas ou escolas indígenas

2.3.1 - Formação dos professores da educação básica que atuam no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ao ensino regular

(1) Quando menos de 10% dos professores que atuam no atendimento educacional especializado participam ou participaram de cursos com formação específica para o AEE. Ou quando não existe oferta do AEE no município, devido à inexistência de professor com formação específica para esse atendimento.

(2) Quando menos de 50% dos professores que atuam no atendimento educacional especializado participam ou participaram de cursos com formação específica para o AEE.

(3) Quando 50% ou mais dos professores que atuam no atendimento educacional especializado participam ou participaram de cursos com formação específica para o AEE.

(4) Quando todos os professores que atuam no atendimento educacional especializado participam ou participaram de cursos com formação específica para o AEE.

Conceitos envolvidos	Educação especial; atendimento educacional especializado; educação inclusiva; formação inicial; formação continuada.
Questões para discussão	O que é atendimento educacional especializado (AEE)? Os professores receberam alguma formação para fazer esse tipo de atendimento? A quem se destina o atendimento educacional especializado? Em que espaços acontece o AEE?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12625&Itemid=860

2.3 - Formação de professores da educação básica para atuação em educação especial/ atendimento educacional especializado, escolas do campo, em comunidades quilombolas ou escolas indígenas

2.3.2 - Formação dos professores que atuam em escolas do campo

(0) Não se aplica. O município não possui matrículas em escolas do campo.

(1) Quando menos de 10% dos professores que atuam em escolas do campo participam ou participaram de cursos com formação para atuação nessa modalidade.

(2) Quando menos de 50% dos professores que atuam em escolas do campo participam ou participaram de cursos com formação para atuação nessa modalidade.

(3) Quando 50% ou mais dos professores que atuam em escolas do campo participam ou participaram de cursos com formação para atuação nessa modalidade.

(4) Quando todos os professores que atuam em escolas do campo participam ou participaram de cursos com formação para atuação nessa modalidade.

Conceitos envolvidos	Educação do campo; formação inicial; formação continuada; classes multisseriadas.
Questões para discussão	Os professores que atuam nas escolas do campo possuem formação inicial adequada a sua área e etapa de atuação? Os professores que atuam nas escolas do campo fizeram alguma formação continuada voltada para a prática pedagógica nessa modalidade de ensino? O município implementa alguma ação do Governo Federal ou oferece programa próprio que atenda aos professores que atuam nas escolas do campo? Nesse caso, como são preparados os professores?

2.3 - Formação de professores da educação básica para atuação em educação especial/ atendimento educacional especializado, escolas do campo, em comunidades quilombolas ou escolas indígenas

2.3.3 - Formação dos professores que atuam em escolas de comunidades quilombolas

(0) Não se aplica. O município não possui escolas em comunidades quilombolas.

(1) Quando menos de 10% dos professores que atuam em escolas de comunidades quilombolas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade, conforme Seção VII da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que trata da educação escolar quilombola.

(2) Quando menos de 50% dos professores que atuam em escolas de comunidades quilombolas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade, conforme Seção VII da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que trata da educação escolar quilombola.

(3) Quando 50% ou mais dos professores que atuam em escolas de comunidades quilombolas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade, conforme Seção VII da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que trata da educação escolar quilombola.

(4) Quando todos os professores que atuam em escolas de comunidades quilombolas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade, conforme Seção VII da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que trata da educação escolar quilombola.

Conceitos envolvidos	Educação quilombola; formação inicial; formação continuada.
Questões para discussão	O que são comunidades quilombolas? Existem comunidades quilombolas no município? Os professores que atuam nas escolas de comunidades quilombolas possuem formação inicial adequada a sua área e etapa de atuação? Os professores participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade? Os professores participam de cursos de formação continuada?

2.3 - Formação de professores da educação básica para atuação em educação especial/ atendimento educacional especializado, escolas do campo, em comunidades quilombolas ou escolas indígenas

2.3.4 - Formação dos professores que atuam em escolas de comunidades indígenas

(0) Não se aplica. O município não possui escolas em comunidades indígenas.

(1) Quando menos de 10% dos professores que atuam em escolas de comunidades indígenas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade, conforme Seção V da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que trata da educação escolar indígena.

(2) Quando menos de 50% dos professores que atuam em escolas de comunidades indígenas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade, conforme Seção V da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que trata da educação escolar indígena.

(3) Quando 50% ou mais dos professores que atuam em escolas de comunidades indígenas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade, conforme Seção V da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que trata da educação escolar indígena.

(4) Quando todos os professores que atuam em escolas de comunidades indígenas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade, conforme Seção V da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que trata da educação escolar indígena.

Conceitos envolvidos	Educação indígena; formação inicial; formação continuada.
Questões para discussão	Existem comunidades indígenas no município? Os professores que atuam nas escolas de comunidades indígenas possuem formação inicial adequada a sua área e etapa de atuação? Todos os professores pertencem à comunidade indígena em que atuam? Quando não pertencem à comunidade indígena, os professores são orientados quanto às especificidades da educação indígena, quanto à conduta adequada e o respeito à cultura da comunidade? Os professores dominam a língua utilizada na comunidade em que atuam – são bilíngues? Os professores participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade? Os professores participam de cursos de formação continuada oferecidos aos demais professores da rede?

2.4 - Formação de professores da educação básica para cumprimento das Leis 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08

2.4.1 - Existência e implementação de políticas para a formação de professores, visando ao cumprimento das Leis 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08

(1) Quando não existem políticas voltadas para a formação dos professores visando ao cumprimento das Leis 9.795/99 (que dispõe sobre a educação ambiental e determina que ela deve estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo), 10.639/03 (que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”), 11.525/07 (que inclui conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo e nos livros didáticos do ensino fundamental) e 11.645/08 (que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”).

(2) Quando existem políticas sem implementação, voltadas para a formação dos professores visando ao cumprimento das Leis 9.795/99 (que dispõe sobre a educação ambiental e determina que ela deve estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo), 10.639/03 (que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”), 11.525/07 (que inclui conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo e nos livros didáticos do ensino fundamental) e 11.645/08 (que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”).

(3) Quando existem políticas em fase de implementação, voltadas para a formação dos professores visando ao cumprimento das Leis 9.795/99 (que dispõe sobre a educação ambiental e determina que ela deve estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo), 10.639/03 (que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”), 11.525/07 (que inclui conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo e nos livros didáticos do ensino fundamental) e 11.645/08 (que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”).

(4) Quando existem políticas implementadas, com adesão da maioria dos docentes, voltadas para a formação dos professores visando ao cumprimento das Leis 9.795/99 (que dispõe sobre a educação ambiental e determina que ela deve estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo), 10.639/03 (que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”), 11.525/07 (que inclui conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo e nos livros didáticos do ensino fundamental) e 11.645/08 (que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”).

Conceitos envolvidos	Leis 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08; educação ambiental; história e cultura afro-brasileira e indígena; direitos das crianças e dos adolescentes; ECA.
Questões para discussão	Os professores da rede sabem da existência das Leis 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08? Essas leis estão contempladas no PP das escolas? Os professores da rede receberam formação para a implementação dessas leis?

2.5 - Formação de profissionais da Educação e outros representantes da comunidade escolar

2.5.1 - Participação dos gestores de unidades escolares em programas de formação específica

(1) Quando menos de 10% ou nenhum dos gestores escolares, em atividade na rede, participam ou participaram de programas de qualificação voltados para gestão escolar.

(2) Quando menos de 50% dos gestores escolares, em atividade na rede, participam ou participaram de programas de qualificação voltados para gestão escolar.

(3) Quando 50% ou mais dos gestores escolares, em atividade na rede, participam ou participaram de programas de qualificação voltados para gestão escolar.

(4) Quando todos os gestores escolares, em atividade na rede, participam ou participaram de um ou mais programas de qualificação voltados para gestão escolar.

Conceitos envolvidos	Formação continuada; liderança; gestão escolar; administração escolar; Escola de Gestores.
Questões para discussão	Um dos critérios utilizados pela rede de ensino para escolha de diretores escolares é a formação adequada ao exercício da função? Os gestores de unidades escolares possuem formação inicial e/ou continuada voltada para gestão escolar? O município implementa algum programa do Governo Federal ou oferece programa próprio para qualificação dos gestores escolares?

2.5 - Formação de profissionais da Educação e outros representantes da comunidade escolar

2.5.2 - Existência e implementação de políticas para formação continuada das equipes pedagógicas

(1) Quando não existem políticas voltadas para a formação continuada das equipes pedagógicas, visando à melhoria da qualidade da educação.

(2) Quando existem políticas sem implementação ou com implementação acidental, voltadas para a formação continuada das equipes pedagógicas. Tais políticas não visam integralmente à melhoria da qualidade da educação.

(3) Quando existem políticas em fase de implementação, voltadas para a formação continuada das equipes pedagógicas, visando à melhoria da qualidade da educação.

(4) Quando existem políticas implementadas, voltadas para a formação continuada das equipes pedagógicas, visando à melhoria da qualidade da educação.

Conceitos envolvidos	Formação continuada; equipe pedagógica.
Questões para discussão	Quem deve compor a equipe pedagógica na SME? E nas escolas? Como são selecionados esses profissionais? Qual a formação exigida para o exercício da função no município? A equipe pedagógica do município participa de formação continuada? O município implementa algum programa do Governo Federal ou oferece programa próprio de capacitação da equipe pedagógica?

2.5 - Formação de profissionais da Educação e outros representantes da comunidade escolar

2.5.3 - Participação de gestores, equipes pedagógicas, profissionais de serviços e apoio escolar em programas de formação para a educação inclusiva

(1) Quando os gestores, as equipes pedagógicas, os profissionais de serviço e apoio escolar da rede municipal não participam ou não participaram de programas de formação voltados ao desenvolvimento dos sistemas educacionais inclusivos.

(2) Quando menos de 50 % dos gestores, das equipes pedagógicas, dos profissionais de serviço e apoio escolar da rede municipal participam ou participaram de programas de formação voltados ao desenvolvimento do sistema educacional inclusivo.

(3) Quando 50% ou mais dos gestores, das equipes pedagógicas, dos profissionais de serviços e apoio escolar da rede municipal participam ou participaram de programas de formação voltados ao desenvolvimento do sistema educacional inclusivo.

(4) Quando todos os gestores, as equipes pedagógicas, os profissionais de serviço e apoio escolar da rede municipal participam ou participaram de programas de formação voltados ao desenvolvimento do sistema educacional inclusivo.

Conceitos envolvidos	Profissionais de serviço e apoio escolar; gestão; equipe pedagógica; formação; educação inclusiva.
Questões para discussão	As escolas da rede possuem gestores, equipes pedagógicas e profissionais de serviços e apoio escolar que tenham formação específica para trabalhar com a educação inclusiva? As escolas da rede possuem gestores, equipes pedagógicas e profissionais de serviços e apoio escolar que tenham formação específica para trabalhar com a educação inclusiva? O município implementa algum programa de formação do Governo Federal ou oferece programa próprio sobre educação inclusiva?

2.5 - Formação de profissionais da Educação e outros representantes da comunidade escolar

2.5.4 - Participação dos profissionais de serviço e apoio escolar e de outros representantes da comunidade escolar em programas de formação específica

(1) Quando menos de 10% das escolas da rede possuem pelo menos um profissional de serviço e apoio escolar que participa ou participou de programas de qualificação para o exercício de sua função na escola.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede possuem pelo menos um profissional de serviço e apoio escolar que participa ou participou de programas de qualificação voltados para o exercício de sua função na escola.

(3) Quando 50% ou mais das escolas da rede possuem pelo menos um profissional de serviço e apoio escolar que participa ou participou de programas de qualificação para o exercício de sua função na escola.

(4) Quando todos os profissionais de serviço e apoio escolar e alguns representantes da comunidade, de todas as escolas da rede, participam ou participaram de um ou mais programas de qualificação para o exercício de sua função (na escola, nos conselhos e outros órgãos de controle social da área da Educação).

Conceitos envolvidos	Profissionais de serviço e apoio escolar; formação inicial; Profuncionário.
Questões para discussão	Na visão do município, os profissionais de serviço e apoio escolar são educadores? Qual o seu papel no contexto escolar? Há necessidade de formação para esses profissionais? Que tipo de formação? Na realidade da rede, qual é o vínculo (concursado, contratado pela SME ou empresa terceirizada)? Qual é a formação desses profissionais? O município implementa algum programa do Governo Federal ou oferece programa próprio de formação dos profissionais de serviço e apoio escolar?

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO

Dimensão 3: Práticas Pedagógicas e Avaliação

Questões iniciais para discussão	<p>O que é processo de ensino e de aprendizagem? Qual é o conceito de ensino expresso nas orientações da SME às escolas? O que são práticas pedagógicas? Como as práticas pedagógicas podem favorecer (ou não) o processo de ensino e de aprendizagem?</p> <p>O que é avaliação? Qual é a função da avaliação no processo de ensino e de aprendizagem? Como avaliamos o nosso estudante? Respeitamos a individualidade de cada um? Educamos para o protagonismo?</p>
---	--

Fonte(s) para pesquisa:

■ Publicações:

- SEB (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12663&Itemid=859)
- Secad (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13165&Itemid=913)
- Seesp (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12625&Itemid=860)

- Fundescola/Estudos e pesquisas (<http://www.fnde.gov.br/index.php/fundescola-publicacoes>)

Áreas – Dimensão 3

3.1 - Organização da rede de ensino

3.2 - Organização das práticas pedagógicas

3.3 - Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/ coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO

3.1 - Organização da rede de ensino

3.1.1 - Implantação e organização do ensino fundamental de 9 anos

(0) Não se aplica. O município não possui alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental.

(1) Quando o ensino fundamental de 9 anos ainda não foi implantado na rede e nem está sendo discutida a reestruturação da proposta pedagógica.

(2) Quando o ensino fundamental de 9 anos ainda não foi implantado; a reestruturação da proposta pedagógica está em discussão; não há previsão de ações para capacitação dos profissionais; não há plano para adequação dos espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos compatíveis com a faixa etária da criança de 6 anos.

(3) Quando o ensino fundamental de 9 anos está implantado na rede municipal; houve, em parte, a reestruturação da proposta pedagógica; houve ações de capacitação dos profissionais, mas os espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos compatíveis com a faixa etária da criança de 6 anos ainda não estão disponíveis para todas as escolas.

(4) Quando o ensino fundamental de 9 anos está implantado e organizado; houve reestruturação da proposta pedagógica; houve ações de capacitação dos profissionais; foram disponibilizados espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos compatíveis com a faixa etária da criança de 6 anos.

Conceitos envolvidos	Ensino fundamental de 9 anos; proposta curricular e a proposta pedagógica.
Questões para discussão	O ensino fundamental de 9 anos está implantado e organizado nas escolas do município? A proposta curricular e a proposta pedagógica foram reformuladas para inclusão desse tipo de atendimento, considerando as especificidades étnicas e culturais? A SME capacitou os profissionais? Os espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos compatíveis com a faixa etária da criança de 6 anos foram disponibilizados? Existe algum tipo de acompanhamento da implantação pela SME? A equipe da SME estudou o material informativo/ instrucional do Programa Ampliação do Ensino Fundamental para 9 Anos distribuído pelo MEC?

Fonte(s) para pesquisa:

■ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosrelat.pdf>

3.1 - Organização da rede de ensino

3.1.2 - Implantação e organização do ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos

(1) O município não começou a discutir a implantação da educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, inclusive para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009.

(2) Quando o município oferece precariamente a educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade para parte da população, inclusive para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009 (respeitando o direito das comunidades indígenas em optar pela existência ou não de educação regular aos 4 e 5 anos). Ainda não foi estabelecido cronograma de crescimento da cobertura escolar visando alcançar a universalização em 2016, com previsão dos recursos para contratação e formação de novos professores e disponibilização de espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos suficientes para assegurar a progressiva universalização do ensino obrigatório.

(3) Quando o município oferece a educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade para parte da população, inclusive para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009 (respeitando o direito das comunidades indígenas em optar pela existência ou não de educação regular aos 4 e 5 anos). Foi estabelecido cronograma de crescimento da cobertura escolar visando alcançar a universalização em 2016, tendo sido previstos recursos para contratação e formação de novos professores e disponibilização de espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos suficientes para assegurar a progressiva universalização do ensino obrigatório.

(4) Quando o município oferece a educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade para todos os alunos, inclusive para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009 (respeitando o direito das comunidades indígenas em optar pela existência ou não de educação regular aos 4 e 5 anos). Foram contratados e formados novos professores e disponibilizados espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos suficientes para assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Conceitos envolvidos	Ensino obrigatório.
Questões para discussão	O município oferece a educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade para todos os alunos, inclusive para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009? A SME realizou ou está realizando debates com a comunidade para essa implantação? Foram contratados e formados novos professores? No caso de ainda não oferecer educação básica obrigatória para todos os alunos, a SME possui um plano para a universalização do ensino obrigatório dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade até 2016? A SME disponibiliza espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos suficientes para assegurar a universalização progressiva do ensino obrigatório? O município dispõe de recursos financeiros para consolidar essa implantação?

3.1 - Organização da rede de ensino

3.1.3 - Existência de política de educação em tempo integral: atividades que ampliam a jornada escolar do estudante para, no mínimo, sete horas diárias nos cinco dias por semana

(1) Quando existe uma política em fase de implementação para educação em tempo integral voltada para o atendimento gradual de menos de 10% das as escolas da rede. Ou quando não existe uma política de educação em tempo integral - atividades que ampliam a jornada escolar do estudante para, no mínimo, sete horas diárias nos cinco dias por semana - nas escolas da rede municipal de ensino.

(2) Quando existe uma política em fase de implementação para educação em tempo integral voltada para o atendimento gradual de menos de 50% das escolas da rede. As atividades ampliam a jornada escolar do estudante para, no mínimo, sete horas diárias nos cinco dias por semana. A educação em tempo integral inclui atividades esportivas, artísticas, culturais, de acompanhamento pedagógico, direitos humanos, educação ambiental, cultura digital, promoção da saúde, entre outras, e são realizadas em consonância com o projeto pedagógico (PP) da escola. Tal política inclui alimentação escolar.

(3) Quando existe uma política em fase de implementação para educação em tempo integral voltada para o atendimento gradual de 50% ou mais das escolas da rede. As atividades ampliam a jornada escolar do estudante para, no mínimo, sete horas diárias nos cinco dias por semana. A educação em tempo integral inclui atividades esportivas, artísticas, culturais, de acompanhamento pedagógico, direitos humanos, educação ambiental, cultura digital, promoção da saúde, entre outras, e são realizadas em consonância com o projeto pedagógico (PP) da escola. Tal política inclui alimentação escolar.

(4) Quando existe uma política implementada para educação em tempo integral voltada para o atendimento de todas as escolas da rede. As atividades ampliam a jornada escolar do estudante para, no mínimo, sete horas diárias nos cinco dias por semana. A educação em tempo integral inclui atividades esportivas, artísticas, culturais, de acompanhamento pedagógico, direitos humanos, educação ambiental, cultura digital, promoção da saúde, entre outras, e são realizadas em consonância com o projeto pedagógico (PP) da escola. Tal política inclui alimentação escolar.

Conceitos envolvidos	Educação integral e integrada; currículo; PP; LDB; gestão de rede, ampliação da jornada escolar; Mais Educação.
Questões para discussão	O que é educação integral e integrada? A SME realizou um levantamento de necessidades e oportunidades para implantação da educação integral e integrada, por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunidade escolar durante, no mínimo, sete horas, cinco dias por semana, considerando as especificidades culturais e linguísticas das comunidades? A SME possui um plano de metas, articulado com o PP de cada escola, para implantação de atividades no turno complementar? As escolas da rede oferecem atividades no turno complementar? Existe acompanhamento da implantação?

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13528%3Aeducacao-integral&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=913

3.1 - Organização da rede de ensino

3.1.4 - Política de correção de fluxo

(0) Não se aplica. A rede municipal de ensino não possui alunos em situação de distorção idade-série.

(1) Quando não existem políticas definidas para correção de fluxo escolar.

(2) Quando existem políticas específicas para a correção de fluxo, mas elas não são integradas (só enfrentamento da repetência ou só do abandono); não foram implementadas e não oferecem condições para superar as dificuldades de aprendizagem e prevenir a distorção idade-série.

(3) Quando existem políticas específicas, em parte implementadas, para a correção de fluxo (promoção da permanência, enfrentamento da repetência e do abandono); elas não contemplam integralmente condições para superar as dificuldades de aprendizagem e prevenir a distorção idade-série.

(4) Quando existem políticas específicas e implementadas para a correção de fluxo (promoção da permanência, enfrentamento da repetência e do abandono), que oferecem condições para superar as dificuldades de aprendizagem e prevenir a distorção idade-série.

Conceitos envolvidos	Gestão da rede; legislação educacional; PP.
Questões para discussão	A SME possui políticas implementadas para correção de fluxo? Estimula a promoção de atividades de permanência, enfrentamento da repetência e do abandono nas escolas? A SME oferece condições para que as escolas ajudem os alunos a superar as dificuldades de aprendizagem e prevenir a distorção idade-série? Há evolução dos índices de repetência e de abandono nas escolas da rede? A SME dispõe de um diagnóstico dos alunos da rede municipal de ensino em situação de distorção idade série? O município possui um plano para implementação de ações com vistas à regularização do fluxo escolar? O município desenvolve programa(s) de correção de fluxo? A SME realiza o acompanhamento desse(s) programa(s)?

3.1 - Organização da rede de ensino

3.1.5 - Existência de ações para a superação do abandono e da evasão escolar

(1) Quando a secretaria municipal de educação não identifica as causas de abandono e de evasão, nem estabelece uma agenda para enfrentamento dessas causas. Não há ação conjunta com a área da Saúde e com a rede de proteção social do município, nem identifica a existência de crianças que estejam fora da escola.

(2) Quando a secretaria municipal de educação não identifica as causas de abandono e de evasão. Eventualmente são discutidas e implementadas ações em conjunto com a área da Saúde e com a rede de proteção social do município para a busca ativa de crianças que estejam fora da escola.

(3) Quando a secretaria municipal de educação identifica as causas de abandono e de evasão e estabelece uma agenda esporádica para enfrentamento dessas causas - sejam pedagógicas (qualidade da escola, desinteresse dos alunos), sejam de outra ordem (sociais, de saúde, negligência dos pais etc.). Eventualmente são discutidas e implementadas ações em conjunto com a área da Saúde e com a rede de proteção social do município para a busca ativa de crianças que estejam fora da escola.

(4) Quando a secretaria municipal de educação identifica as causas de abandono e de evasão e estabelece uma agenda regular para enfrentamento dessas causas - sejam pedagógicas (qualidade da escola, desinteresse dos alunos), sejam de outra ordem (sociais, de saúde, negligência dos pais etc.). Regularmente são discutidas e implementadas ações em conjunto com a área da Saúde e com a rede de proteção social do município para a busca ativa de crianças que estejam fora da escola.

Conceitos envolvidos	Ética e cidadania; planejamento intersetorial.
Questões para discussão	A SME identifica as causas de abandono e de evasão nas escolas da rede? O município possui agenda regular para enfrentamento dessas causas? A SME discute e implementa ações em conjunto com a área da Saúde e com a rede de proteção social do município para a busca ativa de crianças que estejam fora da escola? As escolas promovem encontros com as famílias e a comunidade para abordar questões que afetam o acesso e a permanência do aluno? As escolas desenvolvem atividades sociais, recreativas, esportivas e culturais com os alunos durante os fins de semana? A equipe pedagógica da SME está qualificada para realizar abordagem com famílias e comunidade, na perspectiva de potencializar as estratégias de permanência de crianças e jovens na escola? A secretaria dispõe de um plano de ação e realiza atividades lúdicas educativas com a comunidade escolar e do entorno?

3.1 - Organização da rede de ensino

3.1.6 - Atendimento à demanda de educação de jovens e adultos (EJA)

(0) Não se aplica. Todas as pessoas do município, na faixa etária de atendimento da educação de jovens e adultos (EJA), concluíram seus estudos no ensino fundamental.

(1) Quando o município não conta com Rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com estrutura física adequada e corpo docente com formação específica; não possui estratégias consolidadas para encaminhamento dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou de programas equivalentes, e nem ações que visam assegurar o reingresso de alunos na EJA.

(2) Quando o município não conta com uma Rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com estrutura física adequada e corpo docente com formação específica, mas oferece algumas etapas (alfabetização, primeiro segmento do fundamental, segundo segmento do fundamental); possui algumas estratégias não consolidadas para encaminhamento dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou de programas equivalentes, e ações que visam assegurar o reingresso de alunos na EJA.

(3) Quando o município conta com uma Rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com estrutura física adequada e corpo docente com formação específica, contemplando apenas algumas etapas (alfabetização, primeiro segmento do fundamental e segundo segmento do fundamental); possui estratégias consolidadas para encaminhamento dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou programas equivalentes para turmas de EJA, e ações que visam assegurar o reingresso de alunos na EJA.

(4) Quando o município conta com uma Rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com estrutura física adequada e corpo docente com formação específica, contemplando todas as suas etapas (alfabetização, primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental); possui estratégias consolidadas para encaminhamento dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou programas equivalentes, e ações que visam assegurar o reingresso de alunos na EJA.

Conceitos envolvidos	Educação de Jovens e Adultos; currículo; projeto pedagógico.
Questões para discussão	O município conta com uma Rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA)? As unidades de EJA possuem estrutura física adequada? O corpo docente responsável pelo atendimento de jovens e adultos possui formação específica? O atendimento da EJA contempla as etapas de alfabetização, primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental? O município possui estratégias consolidadas para encaminhamento dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou programas equivalentes que assegurem o reingresso de alunos na EJA?

3.1 - Organização da rede de ensino

3.1.7 - Oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização

(1) Quando não existe a oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, aos alunos público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular. Ou quando os alunos público-alvo da educação especial não são matriculados no ensino regular.

(2) Quando existe oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, que atende menos de 50% da demanda dos alunos público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular.

(3) Quando existe oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, que atende 50% ou mais da demanda dos alunos público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular.

(4) Quando existe oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, para todos os alunos público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular que demandem esse atendimento.

Conceitos envolvidos	Educação especial; cidadania; inclusão social; projeto pedagógico.
Questões para discussão	Existe oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, para todos os alunos público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular que demandem esse atendimento? O AEE está institucionalizado na rede? O PP das escolas contempla o AEE? O município conta com pessoal qualificado para realizar esse atendimento? Existe algum documento que oriente esse tipo de atendimento? As escolas da rede possuem mobiliário, equipamento e materiais pedagógicos adequados para realizar o AEE? As condições de acessibilidade das escolas favorecem o AEE?

3.2 - Organização das práticas pedagógicas

3.2.1 - Existência de proposta curricular para a rede de ensino

(1) Quando a proposta curricular não é atualizada. Ou quando não existe proposta curricular para a rede de ensino.

(2) Quando a proposta curricular é atualizada e disseminada, para atender às especificidades do público-alvo; mas não contempla todos os níveis e modalidades de ensino oferecidas pelas escolas da rede; a comunidade escolar não participa da atualização; a atualização é padronizada e feita pela secretaria municipal de educação.

(3) Quando a proposta curricular implantada contempla todos os níveis e modalidades de ensino oferecidas pelas escolas da rede, é atualizada e disseminada, mas a comunidade escolar pouco participa da atualização, ela é feita pelos coordenadores e professores; as discussões são parcialmente focadas nas ações na unidade escolar ou nos diferentes espaços de aprendizagem, sem perder de vista a articulação com todo o funcionamento da rede.

(4) Quando existe proposta curricular implantada, constantemente atualizada e disseminada, contempla todos os níveis e modalidades de ensino oferecidas pelas escolas da rede; a comunidade escolar participa da atualização; as discussões são focadas nas ações na unidade escolar ou nos diferentes espaços de aprendizagem, sem perder de vista a articulação com todo o funcionamento da rede.

Conceitos envolvidos	Embasamento legal; metodologia de ensino; currículo; planejamento; avaliação; níveis e modalidades de ensino oferecidos.
Questões para discussão	Quais as leis que embasaram a construção da proposta curricular municipal? Qual a linha metodológica adotada pelo município na proposta? Quais os níveis e modalidades de ensino contemplados na proposta curricular do município? Quais os segmentos envolvidos na construção da proposta curricular? Qual a concepção de avaliação adotada na proposta curricular? Como ocorre a operacionalização do currículo na proposta curricular? A proposta curricular foi divulgada na rede? Como ocorreu essa divulgação?

3.2 - Organização das práticas pedagógicas

3.2.2 - Processo de escolha do livro didático

(1) Quando o município não organiza ou orienta o processo de escolha do livro didático.

(2) Quando o município organiza e orienta o processo de escolha do livro didático de modo a propiciar momentos de reflexão envolvendo apenas as equipes pedagógicas. As discussões são dirigidas pela secretaria municipal de educação e têm por base uma proposta pedagógica única para todas as escolas e a análise das resenhas contidas no Guia de Livros Didáticos.

(3) Quando o município organiza e orienta o processo de escolha do livro didático de modo a propiciar momentos de reflexão coletiva e democrática entre os participantes em mais de 50% das escolas da rede. As discussões têm por base a proposta pedagógica das escolas, a análise das resenhas contidas no Guia de Livros Didáticos, e visam à escolha de obras didáticas adequadas às realidades locais.

(4) Quando o município organiza e orienta o processo de escolha do livro didático de modo a propiciar momentos de reflexão coletiva e democrática entre os participantes, em todas as escolas da rede. As discussões têm por base a proposta pedagógica das escolas, a análise das resenhas contidas no Guia de Livros Didáticos, e visam à escolha de obras didáticas adequadas às realidades locais.

Conceitos envolvidos	Concepção que embasa a escolha do livro didático; a visão da utilização do livro como recurso didático pedagógico; avaliação.
Questões para discussão	Qual é o papel do livro didático no processo de ensino e de aprendizagem? Como é feita a escolha dos livros na rede? Quais os critérios utilizados para a escolha dos livros? Quem participa da escolha? Existe um processo de avaliação dos títulos utilizados para subsidiar a continuidade ou não do seu uso?

3.2 - Organização das práticas pedagógicas

3.2.3 - Existência/ adoção de metodologias específicas para a alfabetização

(1) Quando as escolas da rede não utilizam metodologias específicas para alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede utilizam metodologias específicas para alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade. Elas não aliam um ensino sistemático da notação alfabética com a vivência cotidiana de práticas letradas.

(3) Quando 50% ou mais das escolas da rede utilizam metodologias específicas para alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade. Elas aliam, parcialmente, um ensino sistemático da notação alfabética com a vivência cotidiana de práticas letradas.

(4) Quando todas as escolas da rede utilizam metodologias específicas para alfabetizar, com êxito, as crianças até os 8 anos de idade. Elas aliam um ensino sistemático da notação alfabética com a vivência cotidiana de práticas letradas.

Conceitos envolvidos	Concepções de métodos de alfabetização e avaliação.
Questões para discussão	Existe metodologia específica de alfabetização na proposta curricular da rede ou de cada escola? Como ela foi escolhida? O que foi levado em conta para a escolha dessa metodologia? A escolha da metodologia de alfabetização ocorreu de forma democrática? Existe um programa de formação continuada para capacitação dos professores para utilização dessa metodologia? Existem instrumentos de avaliação para medir a eficiência e eficácia dessa metodologia, de acordo com a diretriz estabelecida no Plano de Metas? O município utiliza a Provinha Brasil como instrumento pedagógico?

3.2 - Organização das práticas pedagógicas

3.2.4 - Existência de programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno, incluindo a educação de jovens e adultos (EJA)

(1) Quando não existem programas de incentivo à leitura nas escolas da rede.

(2) Quando existem, em menos de 50% das escolas da rede, programas de incentivo à leitura para o professor e o aluno, mas em apenas um nível de ensino. Os programas não consideram as necessidades do neoleitor (jovem, adulto ou idoso que está iniciando sua caminhada de leitor).

(3) Quando existem, em 50% ou mais das escolas da rede, programas que incentivam a leitura em um ou dois níveis e modalidades de ensino, para o professor e o aluno. Os programas consideram parcialmente as necessidades do neoleitor (jovem, adulto ou idoso que está iniciando sua caminhada de leitor).

(4) Quando existem, em todas as escolas da rede, programas que incentivam a leitura em todos os níveis e modalidades de ensino ofertadas pela rede, para o professor e o aluno. Os programas consideram as necessidades do neoleitor (jovem, adulto ou idoso que está iniciando sua caminhada de leitor).

Conceitos envolvidos	Leitura; incentivo à leitura; leitor e neoleitor.
Questões para discussão	Quem é o leitor e o neoleitor? A SME desenvolve programas de incentivo à leitura? Essas ações estão em consonância com o PP? Os coordenadores/ supervisores pedagógicos das escolas participam da proposição dessas atividades? A SME e as escolas garantem as condições para o desenvolvimento desses programas? Essas ações contam com envolvimento e participação dos alunos? Existem atividades de incentivo à leitura realizadas fora das escolas?

3.2 - Organização das práticas pedagógicas

3.2.5 - Estímulo às práticas pedagógicas fora do espaço escolar com ampliação das oportunidades de aprendizagem

- (1) Quando não existe nenhuma forma de estímulo para realização de atividades fora do espaço escolar.
- (2) Quando a secretaria municipal de educação e as escolas prevêem, mas não dão condições para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar. As atividades ficam restritas a algumas visitas e não envolvem a integração com a comunidade do entorno.
- (3) Quando a secretaria municipal de educação e as escolas incentivam e dão condições parciais para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar. As atividades são basicamente de visitas e raramente envolvem a integração com a comunidade do entorno.
- (4) Quando a secretaria municipal de educação e as escolas incentivam e dão condições para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar (exemplos: atividades culturais, como visitas a museus, cinema, teatro, exposições, entre outras; atividades de educação ambiental, como passeios ecológicos, visitas à estação de tratamento de água e esgoto, lixão, entre outras; atividades de integração com a comunidade do entorno).

Conceitos envolvidos	Práticas pedagógicas; escola e comunidade; educação em tempo integral; política pública.
Questões para discussão	Qual é a importância da utilização de espaços fora da escola para a realização práticas pedagógicas? A escolas incentivam a utilização de outros espaços para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas? Que ações têm sido bem sucedidas nesse sentido? Que outros espaços podem ser utilizados pelas escolas? Existe uma programação para a sua utilização? Quais as melhores práticas para serem desenvolvidas dentro e fora do espaço escolar? Como a secretaria pode apoiar a utilização de outros espaços? A utilização desses espaços é concebida como política pública?

3.2 - Organização das práticas pedagógicas

3.2.6 - Reuniões pedagógicas e horários de trabalhos pedagógicos para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino

(1) Quando não ocorrem reuniões e horários de trabalhos pedagógicos para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino.

(2) Quando ocorrem reuniões e horários de trabalhos pedagógicos, esporadicamente, para discussão de conteúdos e metodologias de ensino, mas elas não contam com a participação de todos os professores. Essas reuniões e horários de trabalhos pedagógicos não estão previstos no calendário escolar.

(3) Quando existem reuniões e horários de trabalhos pedagógicos, periodicamente, envolvendo apenas professores e coordenadores ou supervisores pedagógicos, para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino. Essas reuniões e horários de trabalhos pedagógicos estão previstos no calendário escolar.

(4) Quando existem reuniões pedagógicas e horários de trabalhos pedagógicos, periodicamente, envolvendo a participação de toda comunidade escolar, incluindo todos os professores, coordenadores ou supervisores pedagógicos e o conselho escolar, para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino. Essas reuniões e horários de trabalhos pedagógicos estão previstos no calendário escolar.

Conceitos envolvidos	Organizacional das escolas; gestão; supervisão pedagógica; formação continuada dos professores; melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.
Questões para discussão	Como são realizadas as reuniões pedagógicas e organizados os horários de trabalhos pedagógicos para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino? Quem é responsável pela realização dessas reuniões? Quem participa? O calendário escolar disponibiliza horário para a realização de reuniões pedagógicas? O plano de carreira do magistério prevê, na carga horária semanal do docente, a participação nessas reuniões pedagógicas?

3.3 - Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/ coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem

3.3.1 - Formas de avaliação da aprendizagem dos alunos

(1) Quando os professores geram o conceito final considerando apenas os elementos informativos (notas); não há nenhum estímulo à autoavaliação e não existem práticas interdisciplinares.

(2) Quando os professores geram o conceito final considerando somente os elementos informativos; os elementos formativos são, por vezes, utilizados em atividades interdisciplinares; não há incentivo à autoavaliação e são raras as atividades interdisciplinares.

(3) Quando, além dos aspectos informativos (notas), os professores utilizam elementos formativos para gerar o conceito final; porém, há pouco estímulo à autoavaliação e são raras as atividades interdisciplinares.

(4) Quando, além dos aspectos informativos (notas), os professores utilizam elementos formativos para gerar o conceito final; incentivam a autoavaliação; e existem atividades interdisciplinares com regularidade.

Conceitos envolvidos	Concepções de avaliação: aspectos cognitivos, formativos, autoavaliação; práticas interdisciplinares.
Questões para discussão	Como se dá o processo de discussão e estudo por parte da equipe pedagógica da SME e comunidade escolar para definição dos critérios de avaliação? Existe documento orientador da discussão, com a comunidade escolar, sobre a relação das práticas pedagógicas e a avaliação nas escolas da rede? Existe alguma estratégia para incentivar discussões sobre critérios de avaliação, nas escolas, e utilização dos resultados no replanejamento da ação pedagógica?

3.3 - Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/ coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem

3.3.2 - Utilização do tempo para assistência individual/ coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem

(1) Quando a escola não oferece tempo para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

(2) Quando a escola oferece tempo para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem somente no final do ano letivo; os pais e alunos são informados no início do ano letivo ou nas reuniões de pais; o tempo para realizar estudos com assistência individual e/ou coletiva é oferecido em turno complementar.

(3) Quando a escola oferece tempo para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem somente após o término do bimestre/período de avaliação final; os pais e alunos são informados no início do ano letivo ou nas reuniões de pais; o tempo para realizar estudos com assistência individual e/ou coletiva é oferecido em turno complementar.

(4) Quando a escola oferece, durante todo o ano letivo, tempo para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem; os pais e alunos são informados periodicamente; o tempo para realizar estudos com assistência individual e/ou coletiva é oferecido em turno complementar.

Conceitos envolvidos	Assistência pedagógica; dificuldades de aprendizagem.
Questões para discussão	O que é dificuldade de aprendizagem? Existe diferença entre “dificuldade de aprendizagem” e “problema de aprendizagem”? As escolas da rede ofertam o atendimento pedagógico individual e coletivo aos alunos com dificuldades de aprendizagem? De que forma ocorre esse atendimento? As escolas que oferecem esse atendimento possuem as condições pedagógicas, de recursos humanos e de infraestrutura para atender às necessidades dos alunos? Como é feita a divulgação da existência de tempo de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem? Existe formação continuada para a qualificação dos profissionais que atuam com esses alunos?

INFRAESTRUTURA E RECURSOS PEDAGÓGICOS

Dimensão 4: Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos

Questões iniciais para discussão	<p>Como é a infraestrutura rede de ensino? A equipe municipal conhece os padrões mínimos de funcionamento das escolas publicados pelo MEC/FNDE? Como a infraestrutura influencia no processo de ensino e de aprendizagem? O que é Levantamento da Situação Escolar (LSE)? O município já fez o LSE? <i>(Em caso positivo, ele é um instrumento chave a ser utilizado na discussão da dimensão 4.)</i></p> <p>Quanto aos recursos pedagógicos, eles existem nas escolas da rede? Estão em consonância com as necessidades demonstradas nos PPs das escolas? Qual é a relação entre práticas pedagógicas e recursos pedagógicos? Como os recursos pedagógicos podem favorecer o processo educativo?</p>
---	---

Fonte(s) para pesquisa:

■ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859

■ Padrões mínimos de funcionamento das escolas (<http://www.fnde.gov.br/index.php/fundescola-publicacoes>)

Áreas – Dimensão 4

4.1 - Instalações físicas da secretaria municipal de educação

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.3 - Uso de tecnologias

4.4 - Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

INFRAESTRUTURA E RECURSOS PEDAGÓGICOS

4.1 - Instalações físicas da secretaria municipal de educação

4.1.1 - Condições da infraestrutura física existente da secretaria municipal de educação

(1) Quando a secretaria municipal de educação não possui prédio próprio ou espaço na prefeitura municipal. A infraestrutura não é adequada e não possui capacidade para abrigar todos os setores. Não há Núcleo(s) de Tecnologia Educacional (NTE) implantado(s).

(2) Quando a secretaria municipal de educação possui prédio próprio ou espaço na prefeitura municipal com infraestrutura parcialmente adequada, mas não possui capacidade para abrigar todos os setores. As instalações não apresentam condições adequadas de segurança, salubridade, conforto ambiental, ecoeficiência energética e aterramento elétrico. Além disso, a maioria das instalações não garante acessibilidade e não possui banheiros em quantidade suficiente para atender aos funcionários e ao público em geral. Não há Núcleo(s) de Tecnologia Educacional (NTE) implantado(s).

(3) Quando a secretaria municipal de educação possui prédio próprio ou espaço na prefeitura municipal com infraestrutura parcialmente adequada, com capacidade para abrigar todos os setores. As instalações apresentam condições parcialmente adequadas de segurança, salubridade, conforto ambiental, ecoeficiência energética e aterramento elétrico. Além disso, as instalações garantem acessibilidade, possuem banheiros em quantidade suficiente para atender aos funcionários e ao público em geral, um espaço para reuniões e capacitações dos funcionários e o(s) Núcleo(s) de Tecnologia Educacional (NTE) implantado(s).

(4) Quando a secretaria municipal de educação possui prédio próprio ou espaço na prefeitura municipal com infraestrutura adequada, com capacidade para abrigar todos os setores. As instalações apresentam condições adequadas de segurança, salubridade, conforto ambiental, ecoeficiência energética e aterramento elétrico. Além disso, as instalações garantem acessibilidade, possuem banheiros em quantidade suficiente para atender aos funcionários e ao público em geral, um espaço para reuniões e capacitações dos funcionários e o(s) Núcleo(s) de Tecnologia Educacional (NTE) implantado(s).

Conceitos envolvidos	Infraestrutura adequada; segurança, salubridade, conforto ambiental, ecoeficiência energética; acessibilidade.
Questões para discussão	As instalações arquitetônicas da secretaria de educação são apropriadas e permitem o desenvolvimento de um trabalho qualificado que contribua para uma educação de qualidade? O prédio da SME garante a acessibilidade? Quais são as condições arquitetônicas ideais para o bom funcionamento dos diversos setores da SME? Como realizar projeções de aumento da demanda de serviços da secretaria, número de servidores e espaço físico/ instalações da secretaria?

4.1 - Instalações físicas da secretaria municipal de educação

4.1.2 - Condições de mobiliário e equipamentos da secretaria municipal de educação

(1) Quando os mobiliários e equipamentos da secretaria municipal de educação estão em péssimo estado de conservação e são totalmente inadequados. A secretaria não possui pelo menos um computador conectado à rede mundial de computadores (Internet). A secretaria de educação não garante as condições para o deslocamento dos servidores para visita às escolas e outras atividades.

(2) Quando parte da secretaria municipal de educação dispõe de mobiliários e equipamentos em quantidade adequada e com, pelo menos, um computador com acesso à rede mundial de computadores (Internet). Eles não estão em bom estado de conservação e os requisitos mínimos de conforto e segurança não são atendidos. A secretaria de educação garante, em parte, as condições para o deslocamento dos servidores para visita às escolas e outras atividades.

(3) Quando parte da secretaria municipal de educação dispõe de mobiliários e equipamentos em quantidade adequada, com computadores e acesso à rede mundial de computadores (Internet) para alguns setores. Eles estão em bom estado de conservação e atendem, em parte, aos requisitos mínimos de conforto e segurança. A secretaria possui TV, vídeo/DVD e equipamento multimídia para reuniões e capacitações dos funcionários. A secretaria de educação garante, em parte, as condições para o deslocamento dos servidores para visita às escolas e outras atividades.

(4) Quando a secretaria municipal de educação dispõe de mobiliários e equipamentos em quantidade adequada, com computadores e acesso à rede mundial de computadores (Internet) para todos os setores. Eles estão em bom estado de conservação e atendem aos requisitos mínimos de conforto e segurança. A secretaria possui TV, vídeo/DVD e equipamento multimídia para reuniões e capacitações dos funcionários. A secretaria de educação garante as condições para o deslocamento dos servidores para visita às escolas e outras atividades.

Conceitos envolvidos	Gerenciamento e qualificação de recursos materiais e tecnológicos; apoio às escolas.
Questões para discussão	A SME possui mobiliário e equipamentos adequados e em condições de funcionamento para atender as suas necessidades e desenvolver um trabalho de qualidade? Existe política de aquisição, reposição e manutenção de materiais e equipamentos de uso da SME? A SME garante as condições para deslocamento dos servidores para a execução das suas atividades?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.1 - Biblioteca: instalações e espaço físico

(1) Quando menos de 25% das escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações são inadequadas para a organização e armazenamento do acervo e para realização de estudos. Ou quando não existe biblioteca ou espaço de leitura nas escolas da rede.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações não permitem a organização e armazenamento do acervo; não existe espaço suficiente para estudos individuais e em grupo.

(3) Quando mais de 50% das escolas da rede já possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações são parcialmente adequadas para a organização e armazenamento do acervo; os espaços para estudos individuais e em grupo não atendem à necessidade da escola.

(4) Quando todas as escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura, em cumprimento à Lei 12.244/2010. As instalações são adequadas para a organização e armazenamento do acervo; favorecem a realização de estudos individuais e em grupo.

Conceitos envolvidos	Espaços pedagógicos qualificados: bibliotecas escolares e salas de leitura.
Questões para discussão	Qual é a concepção, para além do aspecto de infraestrutura, de biblioteca e de sala de leitura? Quais são as escolas da rede que têm capacidade para a implantação de uma biblioteca? E de sala de leitura? Existe um plano de construção, adequação, reforma e/ou manutenção de espaços qualificados para bibliotecas e salas de leitura, visando atender às escolas da rede? As bibliotecas escolares e as salas de leitura existentes estão equipadas, considerando as necessidades de guarda, preservação, organização do acervo e realização dos trabalhos pedagógicos? Os acervos desses espaços pedagógicos são atualizados e qualificados para atender às necessidades dos alunos e docentes? Existem profissionais qualificados para o atendimento nesses espaços pedagógicos? Existem estratégias da SME para incentivar o uso de bibliotecas e salas de leitura?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.2 - Acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares

(1) Quando a rede de ensino possui menos de 10% dos prédios escolares com acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares, tais como rampas e vias de acesso, sinalização tátil, sonora e visual e sanitários acessíveis. Ou quando não há acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares.

(2) Quando a rede de ensino possui menos de 50% dos prédios escolares com acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares, tais como rampas e vias de acesso, sinalização tátil, sonora e visual e sanitários acessíveis.

(3) Quando a rede de ensino possui 50% ou mais dos prédios escolares com acessibilidade arquitetônica em todos os ambientes, tais como rampas e vias de acesso, sinalização tátil, sonora e visual e sanitários acessíveis.

(4) Quando a rede de ensino possui 100% dos prédios escolares com acessibilidade arquitetônica em todos os ambientes, tais como rampas e vias de acesso, sinalização tátil, sonora e visual e sanitários acessíveis.

Conceitos envolvidos	Adequação arquitetônica para a acessibilidade e mobilidade.
Questões para discussão	Qual é a política de inclusão da rede municipal de ensino? A infraestrutura das escolas facilita a implementação dessa política no município? Os espaços arquitetônicos são acessíveis a toda a comunidade escolar, inclusive quando não há alunos com necessidades especiais matriculados nas escolas? Existem rampas, vias de acesso livre de obstáculos, sanitários adaptados, sinalização tátil, sonora e visual? Há algum tipo de orientação/ campanha educativa voltada aos alunos para a preservação da acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.3 - Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam a educação infantil na área urbana

(0) Não se aplica. Atualmente não há oferta de educação infantil na área urbana.

(1) Quando a rede existente de educação infantil, na área urbana, não possui infraestrutura física adequada.

(2) Quando a rede existente de educação infantil, na área urbana, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. A maioria dos prédios é alugada ou não possui condições adequadas para o atendimento da demanda. As instalações não apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. Além disso, a maioria das instalações não garante acessibilidade e os banheiros não são compatíveis com a faixa etária dos usuários. As creches possuem, em parte, sala de repouso, sala para atividades, fraldário, lactário e solário, porém não estão em condições adequadas. Menos de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento.

(3) Quando a rede existente de educação infantil, na área urbana, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. As instalações apresentam condições parcialmente adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. Além disso, as instalações garantem acessibilidade e os banheiros são compatíveis com a faixa etária dos usuários. As creches possuem sala de repouso, sala para atividades, fraldário, lactário e solário, porém não estão em condições totalmente adequadas. Mais de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento.

(4) Quando a rede existente de educação infantil, na área urbana, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física adequada. As instalações apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. Além disso, as instalações garantem acessibilidade e os banheiros são compatíveis com a faixa etária dos usuários. As creches possuem sala de repouso, sala para atividades, fraldário, lactário e solário em condições adequadas. Todas as escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento.

Conceitos envolvidos	Manutenção e desenvolvimento da educação infantil na zona urbana.
Questões para discussão	Existe um plano para ampliação, reforma e manutenção das escolas de educação infantil da zona urbana para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas? Esse plano está sendo implementado com recursos próprios do município ou com recursos oriundos de outras fontes?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.4 - Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam a educação infantil no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas

(0) Não se aplica. Atualmente não há oferta de educação infantil no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas.

(1) Quando a rede existente de educação infantil, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, não possui infraestrutura física adequada.

(2) Quando a rede existente de educação infantil, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. A maioria dos prédios é alugada ou não possui condições adequadas para o atendimento da demanda. As instalações não apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. Além disso, a maioria das instalações não garante acessibilidade e os banheiros não são compatíveis com a faixa etária dos usuários. As creches possuem, em parte, sala de repouso, sala para atividades, fraldário, lactário e solário, porém não estão em condições adequadas. Menos de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento.

(3) Quando a rede existente de educação infantil, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. As instalações apresentam condições parcialmente adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. Além disso, as instalações garantem acessibilidade e os banheiros são compatíveis com a faixa etária dos usuários. As creches possuem sala de repouso, sala para atividades, fraldário, lactário e solário, porém não estão em condições totalmente adequadas. Mais de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento.

(4) Quando a rede existente de educação infantil, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física adequada. As instalações apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. Além disso, as instalações garantem acessibilidade e os banheiros são compatíveis com a faixa etária dos usuários. As creches possuem sala de repouso, sala para atividades, fraldário, lactário e solário em condições adequadas. Todas as escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento.

Conceitos envolvidos	Manutenção e desenvolvimento da educação infantil no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas.
Questões para discussão	Existe um plano para ampliação, reforma e manutenção das escolas de educação infantil, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas? Esse plano está sendo implementado com recursos próprios do município ou com recursos oriundos de outras fontes?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.5 - Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam o ensino fundamental na área urbana

(0) Não se aplica. Atualmente não há oferta de ensino fundamental na área urbana.

(1) Quando a rede existente de ensino fundamental, na área urbana, não possui infraestrutura física adequada (e não tem a possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos). Menos de 10% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas; ou as escolas da rede não implantaram as salas de recursos multifuncionais por não dispor de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, não apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda. Não existem ou estão em condições inadequadas para a utilização: laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

(2) Quando a rede existente de ensino fundamental, na área urbana, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. A maioria dos prédios é alugada ou não apresenta condições adequadas para o atendimento à demanda. As instalações não apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. As instalações não garantem acessibilidade, os banheiros não são totalmente adequados e compatíveis com a faixa etária dos usuários. Os prédios apresentam espaços parcialmente adequados e não atendem integralmente aos padrões mínimos. Menos de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, não apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda. Não existem ou estão em condições inadequadas para a utilização: laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

(3) Quando a rede existente de ensino fundamental, na área urbana, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. As instalações apresentam condições parcialmente adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. As instalações garantem acessibilidade, os banheiros são adequados e compatíveis com a faixa etária dos usuários. Os prédios apresentam espaços parcialmente adequados, mas não atendem integralmente aos padrões mínimos. Mais de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda. Existem laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

(4) Quando a rede existente de ensino fundamental, na área urbana, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física adequada. As instalações apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. Além disso, as instalações garantem acessibilidade, os banheiros são adequados e compatíveis com a faixa etária dos usuários. Os prédios apresentam espaços adequados e atendem aos padrões mínimos. Todas as escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda. Existem laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

Conceitos envolvidos	Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental na zona urbana.
Questões para discussão	Existe um plano para ampliação, reforma e manutenção das escolas de ensino fundamental da zona urbana para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas? Esse plano está sendo implementado com recursos próprios do município ou com recursos oriundos de outras fontes?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.6 - Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam o ensino fundamental no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas

(0) Não se aplica. Atualmente não há oferta de ensino fundamental no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas.

(1) Quando a rede existente de ensino fundamental, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, não possui infraestrutura física adequada (e não tem a possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos). Menos de 10% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas; ou as escolas da rede não implantaram as salas de recursos multifuncionais por não dispor de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, não apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda. Não existem ou estão em condições inadequadas para a utilização: laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

(2) Quando a rede existente de ensino fundamental, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. A maioria dos prédios é alugada ou não apresenta condições adequadas para o atendimento da demanda. As instalações não apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. As instalações não garantem acessibilidade, os banheiros não são totalmente adequados e compatíveis com a faixa etária dos usuários. Os prédios apresentam espaços parcialmente adequados e não atendem integralmente aos padrões mínimos. Menos de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, não apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda. Não existem ou estão em condições inadequadas para a utilização: laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

(3) Quando a rede existente de ensino fundamental, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. As instalações apresentam condições parcialmente adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. As instalações garantem acessibilidade, os banheiros são adequados e compatíveis com a faixa etária dos usuários. Os prédios apresentam espaços parcialmente adequados, mas não atendem integralmente aos padrões mínimos. Mais de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda, existem laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

(4) Quando a rede existente de ensino fundamental, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física adequada. As instalações apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. Além disso, as instalações garantem acessibilidade, os banheiros são adequados e compatíveis com a faixa etária dos usuários. Os prédios apresentam espaços adequados e atendem aos padrões mínimos. Todas as escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda, existem laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

Conceitos envolvidos	Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas.
Questões para discussão	Existe um plano para ampliação, reforma e manutenção das escolas de ensino fundamental, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas? Esse plano está sendo implementado com recursos próprios do município ou com recursos oriundos de outras fontes?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.7 - Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda da educação infantil na área urbana

(1) Quando a rede possui infraestrutura física própria, na área urbana, em quantidade suficiente para atender a menos de 25% da demanda de educação infantil (a demanda corresponde, no mínimo, a 50% da população de 0 a 3 anos, nas creches, e 100% da população de 4 e 5 anos na pré-escola).

(2) Quando a rede possui infraestrutura física própria, na área urbana, em quantidade suficiente para atender a cerca de 50% da demanda de educação infantil (a demanda corresponde, no mínimo, a 50% da população de 0 a 3 anos, nas creches, e 100% da população de 4 e 5 anos na pré-escola).

(3) Quando a rede possui infraestrutura física própria, na área urbana, em quantidade suficiente para atender a cerca de 75% da demanda de educação infantil (a demanda corresponde, no mínimo, a 50% da população de 0 a 3 anos, nas creches, e 100% da população de 4 e 5 anos na pré-escola).

(4) Quando a rede possui infraestrutura física própria, na área urbana, para atender a 100% da demanda de educação infantil (a demanda corresponde, no mínimo, a 50% da população de 0 a 3 anos, nas creches, e 100% da população de 4 e 5 anos na pré-escola) e não há necessidade de novas construções.

Conceitos envolvidos	Ampliação da oferta de vagas; obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos.
Questões para discussão	O que é demanda? Qual é a demanda da educação infantil no município? Existe um plano para construção de escolas de educação infantil, na zona urbana, para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas? Esse plano está sendo realizado com recursos próprios do município ou com recursos da União, por meio do Proinfância? Existem terrenos disponíveis com dominialidade para que o município possa se beneficiar de programas do Governo Federal para construção de novas unidades escolares?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.8 - Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda da educação infantil no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas

(1) Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, em quantidade suficiente para atender a menos de 25% da demanda de educação infantil (a demanda corresponde, no mínimo, a 50% da população de 0 a 3 anos, nas creches, e 100% da população de 4 e 5 anos na pré-escola).

(2) Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, em quantidade suficiente para atender a cerca de 50% da demanda de educação infantil (a demanda corresponde, no mínimo, a 50% da população de 0 a 3 anos, nas creches, e 100% da população de 4 e 5 anos na pré-escola).

(3) Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, em quantidade suficiente para atender a cerca de 75% da demanda de educação infantil (a demanda corresponde, no mínimo, a 50% da população de 0 a 3 anos, nas creches, e 100% da população de 4 e 5 anos na pré-escola).

(4) Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, para atender a 100% da demanda de educação infantil ou mais (a demanda corresponde, no mínimo, a 50% da população de 0 a 3 anos, nas creches, e 100% da população de 4 e 5 anos na pré-escola) e não há necessidade de novas construções.

Conceitos envolvidos	Ampliação da oferta de vagas; obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos.
Questões para discussão	Existe um plano para construção de escolas de educação infantil, no campo, para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas? Esse plano está sendo realizado com recursos próprios do município ou com recursos da União, por meio do Proinfância? Existem terrenos disponíveis com dominialidade para que o município possa se beneficiar de programas do Governo Federal para construção de novas unidades escolares?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.9 - Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda do ensino fundamental na área urbana

(1) Quando a rede possui infraestrutura física própria, na área urbana, em quantidade suficiente para atender a menos de 25% da demanda do ensino fundamental (a demanda corresponde a 100% da população de 6 a 14 anos, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos).

(2) Quando a rede possui infraestrutura física própria, na área urbana, em quantidade suficiente para atender a cerca de 50% da demanda do ensino fundamental (a demanda corresponde a 100% da população de 6 a 14 anos, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos). Ou quando uma ou mais modalidades ofertadas não dispõem de infraestrutura física em quantidade adequada.

(3) Quando a rede possui infraestrutura física própria, na urbana, em quantidade suficiente para atender a cerca de 75% da demanda ensino fundamental (a demanda corresponde a 100% da população de 6 a 14 anos, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos). Existe a necessidade de remanejamento de turmas ou reorganização para que a demanda seja totalmente atendida.

(4) Quando a rede possui infraestrutura física própria, na área urbana, para atender a 100% da demanda do ensino fundamental (a demanda corresponde a 100% da população de 6 a 14 anos, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos) e não há necessidade de novas construções.

Conceitos envolvidos	Ampliação da oferta de vagas; obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos.
Questões para discussão	Qual é a demanda do ensino fundamental no município? Existe um plano para construção de escolas de ensino fundamental, na zona urbana, para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas? Esse plano está sendo realizado com recursos próprios do município ou com recursos de outras fontes? Quais? Existem terrenos disponíveis com dominialidade para que o município possa se beneficiar de programas do Governo Federal para construção de novas unidades escolares?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.10 - Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda do ensino fundamental no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas

(1) Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, em quantidade suficiente para atender a menos de 25% da demanda do ensino fundamental (a demanda corresponde a 100% da população de 6 a 14 anos, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos).

(2) Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, em quantidade suficiente para atender a cerca de 50% da demanda do ensino fundamental (a demanda corresponde a 100% da população de 6 a 14 anos, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos). Ou quando uma ou mais modalidades ofertadas não dispõem de infraestrutura física em quantidade adequada.

(3) Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, em quantidade suficiente para atender a cerca de 75% da demanda do ensino fundamental (a demanda corresponde a 100% da população de 6 a 14 anos, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos). Existe a necessidade de remanejamento de turmas ou reorganização para que a demanda seja totalmente atendida.

(4) Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, para atender a 100% da demanda do ensino fundamental (a demanda corresponde a 100% da população de 6 a 14 anos, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos) e não há necessidade de novas construções.

Conceitos envolvidos	Ampliação da oferta de vagas; obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos.
Questões para discussão	Qual é a demanda do ensino fundamental no município? Existe um plano para construção de escolas de ensino fundamental, no campo, para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas? Esse plano está sendo realizado com recursos próprios do município ou com recursos de outras fontes? Quais? Existem terrenos disponíveis com dominialidade para que o município possa se beneficiar de programas do Governo Federal para construção de novas unidades escolares?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.11 - Condições de mobiliário e equipamentos escolares: quantidade, qualidade e acessibilidade

(1) Quando os mobiliários e equipamentos para as salas de aula e demais instalações da escola (cozinha, refeitório, banheiros com chuveiros, quadra esportiva ou espaço destinado à cultura, esporte e lazer, área administrativa) são insuficientes, estão em péssimo estado de conservação, não atendem aos padrões mínimos de conforto, segurança e às normas de acessibilidade. São inadequados à idade e à modalidade de ensino.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede dispõem de mobiliários e equipamentos para as salas de aula e demais instalações da escola (cozinha, refeitório, banheiros com chuveiros, quadra esportiva ou espaço destinado à cultura, esporte e lazer, área administrativa). A quantidade desses mobiliários e equipamentos não é suficiente. Eles não estão em bom estado de conservação e os requisitos de conforto, segurança, acessibilidade e de adequação à idade dos alunos não são atendidos.

(3) Quando mais de 50% das escolas da rede dispõem de mobiliários e equipamentos em quantidade parcialmente adequada, tanto para as salas de aula quanto para as demais instalações da escola (cozinha, refeitório, banheiros com chuveiros, quadra esportiva ou espaço destinado à cultura, esporte e lazer, área administrativa). Eles estão em bom estado de conservação e atendem, em parte, aos requisitos mínimos de conforto, segurança e acessibilidade, conforme a idade e a modalidade de ensino.

(4) Quando todas as escolas da rede dispõem de mobiliários e equipamentos em quantidade adequada, tanto para as salas de aula quanto para as demais instalações da escola (cozinha, refeitório, banheiros com chuveiros, quadra esportiva ou espaço destinado à cultura, esporte e lazer, área administrativa). Eles estão em bom estado de conservação e atendem aos requisitos mínimos de conforto, segurança e acessibilidade, conforme a idade e a modalidade de ensino.

Conceitos envolvidos	Funcionamento administrativo e pedagógico da rede de ensino.
Questões para discussão	Quais são as condições de mobiliário e equipamentos que podem garantir o funcionamento administrativo, pedagógico e tecnológico das escolas e que atendam, com qualidade, a todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo município? Existe um diagnóstico das condições dos mobiliários e equipamentos das escolas da rede? O município busca recursos financeiros no MEC/FNDE para aquisição de materiais e equipamentos para atender à demanda da rede? Quais são esses programas? Quais as modalidades de ensino beneficiadas?

4.2 - Condições da rede física escolar existente

4.2.12 - Existência de transporte escolar para alunos da rede: atendimento à demanda, às condições de qualidade e de acessibilidade

(0) Não se aplica. Não há estudantes que demandem o transporte escolar.

(1) Quando o município fornece regularmente o transporte escolar para parte dos estudantes que dele necessitam, conforme diagnóstico da rede. Porém o município não oferece veículos adequados para o transporte de estudantes e nem sempre atende aos requisitos de conforto e segurança, de acessibilidade, de condições de trafegabilidade das vias (estradas e rios) da zona rural. Os assentos são insuficientes. Ou quando o município não fornece regularmente o transporte escolar.

(2) Quando o município fornece regularmente o transporte escolar para parte dos estudantes que dele necessitam, conforme diagnóstico da rede. O município oferece veículos adequados para o transporte de estudantes, porém nem sempre atendem aos requisitos de conforto e segurança, de acessibilidade, de condições de trafegabilidade das vias (estradas e rios) da zona rural. Os assentos são insuficientes.

(3) Quando o município fornece regularmente o transporte escolar para estudantes que dele necessitam, conforme diagnóstico da rede. O município oferece veículos adequados para o transporte de estudantes, que atendem aos requisitos de conforto e segurança, garantem acessibilidade e são adequados às condições de trafegabilidade das vias (estradas e rios), porém os assentos são insuficientes.

(4) Quando o município fornece regularmente o transporte escolar para estudantes que dele necessitam, conforme diagnóstico da rede. O município oferece veículos adequados para o transporte de estudantes, que atendem aos requisitos de conforto e segurança, garantem acessibilidade, são adequados às condições de trafegabilidade das vias (estradas e rios) e possuem assentos suficientes.

Conceitos envolvidos	Garantia de acesso à escola.
Questões para discussão	A secretaria de educação realiza levantamento anual da demanda de estudantes que necessitam de transporte escolar, bem como das necessidades e possibilidades de atendimento do município? O município participa de programas do Governo Federal de transporte escolar, como “Caminho da Escola”? Existem instrumentos de controle e avaliação das condições do transporte escolar? Existe um plano de manutenção, revisão e qualidade do transporte escolar que garanta a segurança dos estudantes, em observância à legislação do setor?

4.3 - Uso de tecnologias

4.3.1 - Existência e funcionalidade dos laboratórios de Ciências e de Informática nas escolas de ensino fundamental

(1) Quando existe apenas um laboratório nas escolas de ensino fundamental da rede (de Ciências ou de Informática). Ou quando não existem laboratórios de Ciências e de Informática nas escolas da rede.

(2) Quando existem os dois laboratórios em menos de 50% das escolas de ensino fundamental da rede (de Ciências e de Informática), porém um deles está desativado por falta de equipamentos ou de materiais necessários ao desenvolvimento das atividades.

(3) Quando existem os dois laboratórios em mais de 50% das escolas de ensino fundamental da rede (de Ciências e de Informática), porém pouco equipados e em quantidade insuficiente para atender às necessidades dos professores e alunos. Raramente alunos e professores utilizam os laboratórios de Informática e de Ciências, mas a secretaria de educação garante a manutenção dos equipamentos e a reposição dos materiais dos laboratórios de Ciências.

(4) Quando existem os dois laboratórios em todas as escolas de ensino fundamental da rede (de Ciências e de Informática), devidamente equipados e em quantidade suficiente para atender às necessidades dos professores e alunos. Alunos e professores utilizam, regularmente, os laboratórios de Informática e de Ciências, e a secretaria de educação garante a manutenção dos equipamentos e a reposição dos materiais dos laboratórios de Ciências.

Conceitos envolvidos	Tecnologias aplicadas ao ensino e à aprendizagem, laboratórios de Informática e Ciências.
Questões para discussão	Existe plano de atendimento às escolas de disponibilização de espaços para funcionamento de laboratórios de Informática e Ciências por parte da SME? Os espaços existentes são adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas que contribuem para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem? Existe programa de assistência técnica aos laboratórios das escolas? Quais? A SME disponibiliza profissionais qualificados para atuarem nos laboratórios de Ciências e de Informática? Existe formação continuada para capacitação desses profissionais? Os laboratórios de Ciências e Informática existentes no município estão sendo realmente utilizados pelos alunos? Os laboratórios recebidos pelas escolas foram devidamente instalados nas escolas e estão passando por manutenções periódicas? A SME garante a reposição dos materiais nos laboratórios?

4.3 - Uso de tecnologias

4.3.2 - Existência de computadores ligados à rede mundial de computadores e utilização de recursos de Informática para atualização de conteúdos e realização de pesquisas

(1) Quando menos de 10% das escolas da rede estão ligadas à rede mundial de computadores (Internet). Ou quando nenhuma escola da rede está ligada à rede mundial de computadores (Internet).

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede possuem computador ligado à rede mundial de computadores (Internet); sua utilização fica restrita à direção e à secretaria da escola.

(3) Quando mais de 50% das escolas da rede possuem computadores ligados à rede mundial de computadores (Internet), mas a quantidade existente não permite utilização freqüente por parte de todos os professores e alunos.

(4) Quando todas as escolas da rede possuem computadores ligados à rede mundial de computadores (Internet). A quantidade existente permite a utilização por parte de professores e alunos para acesso a conteúdos e realização de pesquisas; professores e alunos utilizam regularmente os computadores.

Conceitos envolvidos	Acesso à rede mundial de computadores (Internet).
Questões para discussão	Existe, no município, um levantamento sobre os laboratórios e equipamentos de Informática disponíveis e as condições para acessar a Internet nas escolas da rede? Existe, no município, infraestrutura de rede, com suporte de conexão à Internet em alta velocidade, capaz de atender à demanda da rede municipal de ensino com a qualidade necessária para utilização de tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem? Como os professores e alunos utilizam a Internet pedagogicamente?

4.3 - Uso de tecnologias

4.3.3 - Existência de sala de recursos multifuncionais e utilização para o atendimento educacional especializado (AEE)

(1) Quando menos de 10% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas, e a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) não está instituída no projeto pedagógico (PP) dessas escolas. Ou quando não existem salas de recursos multifuncionais implantadas nas escolas da rede.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas, e a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) está em fase de institucionalização no projeto pedagógico (PP) dessas escolas.

(3) Quando mais de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas, e a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) está instituída no projeto pedagógico (PP) dessas escolas.

(4) Quando todas as escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas, e a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) está instituída no projeto pedagógico (PP) das escolas.

Conceitos envolvidos	Atendimento educacional especializado (AEE); espaço qualificado, recursos de acessibilidade e pedagógicos.
Questões para discussão	Existe levantamento da demanda, com vistas a apoiar a implantação e/ou ampliação de oferta do AEE nas escolas da rede municipal de ensino? Existem salas de recursos multifuncionais implantadas nas escolas da rede com matrícula de alunos público-alvo de educação especial, garantindo a institucionalização do AEE, no PP da unidade escolar, e a disponibilização de professores para atuação no AEE?

4.3 - Uso de tecnologias

4.3.4 - Utilização de processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo MEC

(1) Quando a secretaria de educação desconhece os processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo MEC (tecnologias educacionais constantes do Guia de Tecnologias Educacionais) e não sabe se essas tecnologias são implementadas em suas escolas.

(2) Quando a secretaria de educação conhece e implementa, em menos de 50% das escolas da rede, processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo MEC (tecnologias educacionais constantes do Guia de Tecnologias Educacionais). As tecnologias educacionais possuem coerência metodológica com as diretrizes da secretaria de educação e são implementadas considerando, em parte, as especificidades de cada escola e seu projeto pedagógico (PP).

(3) Quando a secretaria de educação conhece e implementa, em mais de 50% das escolas da rede, processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo MEC (tecnologias educacionais constantes do Guia de Tecnologias Educacionais). As tecnologias educacionais possuem coerência metodológica com as diretrizes da secretaria de educação e são implementadas considerando as especificidades de cada escola e seu projeto pedagógico (PP).

(4) Quando a secretaria de educação conhece e implementa, em todas as escolas da rede, processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo MEC (tecnologias educacionais constantes do Guia de Tecnologias Educacionais). As tecnologias educacionais possuem coerência metodológica com as diretrizes da secretaria de educação e são implementadas considerando as especificidades de cada escola e seu projeto pedagógico (PP).

Conceitos envolvidos	Tecnologias educacionais; pré-qualificação.
Questões para discussão	Qual é o conceito de tecnologia educacional utilizado pelo MEC? A SME e a comunidade escolar conhecem o Guia de Tecnologias Educacionais publicado pelo MEC e distribuído a todos os municípios? O município implementa alguma tecnologia pré-qualificada nas escolas da rede? Caso implemente alguma tecnologia em alguma escola da rede, já verificou e refletiu sobre os resultados alcançados com a sua utilização? A decisão de implementação da tecnologia respeitou as necessidades da escola e seu PP? O fato de ser pré-qualificada garante o sucesso da implementação da tecnologia educacional nas escolas da rede? A mesma tecnologia deve ser aplicada a todas as escolas da rede? Por quê? O município divulga e fomenta o uso do Portal do Professor na rede municipal de ensino? O município divulga e fomenta a produção e utilização de objetos educacionais digitais nas escolas da rede?

4.4 - Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

4.4.1 - Existência, suficiência, diversidade e acessibilidade do acervo bibliográfico (de referência e literatura)

(1) Quando não existem acervos bibliográficos (de referência e literatura) nas escolas da rede de ensino, somente excedentes de livros didáticos.

(2) Quando o acervo de livros na biblioteca de cada escola da rede não contempla, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, conforme prevê a Lei 12.244/2010. Ele é inadequado para uma ou mais etapas de ensino; não atende às necessidades dos alunos e professores; não garante a acessibilidade e não acompanha o cronograma de entrega aos demais alunos.

(3) Quando o acervo de livros na biblioteca de cada escola da rede contempla, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, em cumprimento à Lei 12.244/2010. Ele é parcialmente adequado às etapas de ensino que cada escola oferece; atende, em parte, às necessidades dos alunos e professores; garante acessibilidade em alguns títulos, mas não acompanha o cronograma de entrega aos demais alunos.

(4) Quando o acervo de livros na biblioteca de cada escola da rede contempla, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, em cumprimento à Lei 12.244/2010, ou mais livros. Ele é adequado às etapas de ensino ofertadas pelas escolas, atende às necessidades dos alunos e professores e garante a acessibilidade conforme títulos e cronograma de entrega aos demais alunos.

Conceitos envolvidos	Acervo bibliográfico; educação integral e inclusiva; práticas pedagógicas da diversidade; leitura; incentivo à leitura; leitor e neoleitor.
Questões para discussão	Existe um plano municipal para aquisição, ampliação e/ou manutenção do acervo bibliográfico (de referência e literatura) das escolas da rede, em cumprimento à Lei 12244/2010, considerando os PPs e as necessidades de cada unidade escolar? Existe acompanhamento, pela SME, do recebimento, guarda e utilização do acervo bibliográfico de referência e literatura, disponibilizado pelo MEC, visando atender à suficiência, diversidade e acessibilidade de acervo nas escolas da rede? Existe disponibilização de acervos literários para implementação de programa de incentivo à leitura para os neoleitores de escolas que oferecem a modalidade EJA? Há livros acessíveis nas escolas com matrícula de estudantes com deficiência? As crianças e jovens realmente têm acesso ao livro da biblioteca (podem manusear, levar emprestado para ler em casa ou na sala de aula)?

4.4 - Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

4.4.2 - Existência, suficiência, diversidade e acessibilidade de materiais pedagógicos

(1) Quando as escolas da rede não possuem materiais pedagógicos.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede possuem materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, brinquedos), a quantidade existente não atende à necessidade de alunos e professores e somente parte das escolas possui materiais acessíveis. Ou quando parte das escolas da rede possui pouca variedade de materiais, em quantidade insuficiente para atender aos alunos e professores. As escolas não dispõem de materiais lúdicos (jogos e brinquedos) e de materiais acessíveis.

(3) Quando mais de 50% das escolas da rede possuem materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, brinquedos), incluindo materiais para cumprir a obrigatoriedade do ensino da Música na educação básica (Lei 11.769/2008) e desenvolver atividades culturais, porém a quantidade existente não atende plenamente às necessidades de alunos e professores. Somente parte das escolas possui materiais acessíveis.

(4) Quando todas as escolas da rede possuem materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, brinquedos), em quantidades adequadas e acessíveis, para atender aos alunos e professores, incluindo materiais para cumprir a obrigatoriedade do ensino da Música na educação básica (Lei 11.769/2008) e desenvolver atividades culturais.

Conceitos envolvidos	Educação integral e inclusiva; práticas pedagógicas da diversidade; materiais pedagógicos.
Questões para discussão	Existe um plano de aquisição e/ou manutenção, ampliação de materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, brinquedos) que contemple temas da diversidade, visando à educação inclusiva, (direitos humanos, saúde, educação integral) nas escolas da rede? Existe acompanhamento da utilização desses materiais pedagógicos, nas práticas docentes e discentes, e os resultados obtidos a partir de sua utilização em sala de aula e espaços qualificados? Os profissionais que atuam nas escolas da rede são capacitados para utilizarem os materiais e avaliam os resultados obtidos a partir de sua utilização nas práticas pedagógicas?

4.4 - Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

4.4.3 - Existência, suficiência, diversidade e acessibilidade dos equipamentos e materiais esportivos

(1) Quando não existem equipamentos e materiais esportivos nas escolas da rede.

(2) Quando menos de 50% das escolas da rede possuem equipamentos e materiais esportivos. Eles não estão em bom estado de conservação, não são acessíveis e a quantidade é insuficiente para o desenvolvimento de práticas desportivas.

(3) Quando mais de 50% das escolas da rede possuem equipamentos e materiais esportivos de qualidade, acessíveis, mas em quantidade insuficiente para o desenvolvimento de práticas desportivas.

(4) Quando todas as escolas da rede possuem equipamentos e materiais esportivos de qualidade, acessíveis, em quantidade suficiente para o desenvolvimento de práticas desportivas.

Conceitos envolvidos	Educação integral e inclusiva; práticas pedagógicas da diversidade; materiais esportivos.
Questões para discussão	Qual é o objetivo da Educação Física, na escola, nas diversas etapas da educação básica? Existe um plano de aquisição e/ou manutenção, ampliação de materiais esportivos que considere o objetivo da prática desportiva na escola? Existe acompanhamento da utilização dos materiais esportivos, nas práticas docentes e discentes, e os resultados obtidos a partir de sua utilização em espaços qualificados? Os profissionais que atuam nas escolas da rede são capacitados para utilizarem os materiais esportivos e avaliam os resultados obtidos a partir de sua utilização nas práticas pedagógicas?

4.4 - Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

4.4.4 - Produção e utilização de materiais didáticos para a educação de jovens e adultos (EJA) e para a diversidade

(1) Quando não há materiais didáticos e pedagógicos para a educação de jovens e adultos (EJA) e para a diversidade (campo, indígena, quilombola).

(2) Quando os materiais didáticos e pedagógicos diversos existentes não cobrem todas as etapas da educação de jovens e adultos (EJA) oferecidas na rede (alfabetização, primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental), seja rural ou urbana, e a diversidade (campo, indígena, quilombola). Os materiais não expressam a proposta pedagógica e curricular para a EJA e não atendem à diversidade. A secretaria municipal de educação não tem uma ação específica para o incentivo ao uso desses materiais e não oferece cursos de capacitação.

(3) Quando existem materiais didáticos e pedagógicos diversos, eles cobrem todas as etapas da educação de jovens e adultos (EJA) oferecidas na rede (alfabetização, primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental), seja rural ou urbana, e para a diversidade (campo, indígena, quilombola), mas os professores, coordenadores/ supervisores pedagógicos e alunos não utilizam os materiais existentes. A secretaria municipal de educação estimula essa prática, mas não oferece cursos de capacitação.

(4) Quando existem materiais didáticos e pedagógicos diversos para todas as etapas da educação de jovens e adultos (EJA) oferecidas na rede (alfabetização, primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental), seja rural ou urbana, e para a diversidade (campo, indígena, quilombola). Os materiais expressam a proposta pedagógica e curricular para a EJA e atendem à diversidade. Professores, coordenadores/ supervisores pedagógicos e alunos utilizam esses materiais. Tal prática é estimulada pela secretaria municipal de educação, que oferece cursos de capacitação.

Conceitos envolvidos	Educação integral e inclusiva; diversidade; material didático para EJA.
Questões para discussão	Qual material didático tem sido utilizado na educação de jovens e adultos? Existe uma avaliação sistemática desse material? Existe um plano de formação, no município, para professores de EJA que os capacite para utilização do material didático? Como as escolas têm trabalhado a diversidade? Existem orientações para que os professores trabalhem com o material didático em consonância com o PP?